

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil está entre os países que mais tributam empresas - MERCADO S/A.....3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Conta de 2024 ainda não fecha.....5

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Veterano em sistema de impostos retorna à Câmara.....7

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

O debate sobre a reforma e o cashback tributário (Artigo).....9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

3 em cada 10 que saíram da força de trabalho em 2022 receberam Auxílio Brasil.....11

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Ministros do governo Lula se atritam com cobranças do centrão.....13

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ESPECIAL
SERVIDOR PÚBLICO

As reações dos políticos aos protestos nas ruas.....15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Há riscos de recessão global".....17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Hora de olhar para a indústria.....20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Arranjo do arcabouço é pior do que o do teto de gastos".....21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Oportunidade não deve ser desperdiçada - HENRIQUE MEIRELLES.....23

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tramitação de reforma tributária dificultará emendas.....24

O POPULAR - GO - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Caiado levará dados contra a Reforma Tributária a colegas do Centro Oeste - GIRO.....26

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haully quer colaborar com debate da reforma tributária.....27

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fundo previsto no relatório da reforma tributária quer recursos fora do teto de gastos
.....28

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projeto da desoneração da folha retorna para a pauta de votação no Senado..... 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Presentes com até 70% de imposto..... 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Rever subsídios (Editorial)..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BC pode dar já o sinal de que os juros começarão a cair (Editorial)..... 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
ECONOMIA

Crise leva argentinos a emigrar em número recorde ao Brasil..... 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

O alívio do "Desenrola" (Editorial)..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

"Índice de miséria" rumo para o menor nível em 16 anos..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Jovens e mais pobres deixam mercado de trabalho..... 40

Brasil está entre os países que mais tributam empresas - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Não existe nada mais urgente para melhorar o ambiente de negócios no Brasil do que destravar a reforma tributária.

Um levantamento realizado pela plataforma CupomValido, que compilou dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), descobriu que o Brasil é o segundo país que mais tributa empresas. Considerando todos os impostos, elas pagam uma alíquota média de 34% - o número é 70% maior do que nas demais nações. Para efeito de comparação, nos Estados Unidos a alíquota média é de 25%. No Reino Unido, 19%. No Japão, 30%. Países sem peso no PIB global estão no topo do ranking: Malta ocupa o primeiro lugar e a Namíbia está em terceiro. Não será fácil a tramitação da reforma tributária no Congresso. Divergências entre estados, pressões setoriais e embates políticos certamente elevarão a tensão em Brasília nas próximas semanas. A previsão é que o relatório comece a ser votado em julho.

Oncoclínicas fará nova oferta de ações

A Oncoclínicas, maior grupo voltado ao tratamento de câncer na América Latina, fará uma nova oferta de ações que poderá movimentar R\$ 734,3 milhões. Segundo a empresa, a ideia é utilizar os recursos na expansão orgânica e no aumento de unidades de alta complexidade. A empresa cresce em ritmo veloz. No primeiro trimestre, reportou receita recorde de R\$ 1,3 bilhão, que significou um avanço de 60% na comparação anual. Desde o início do ano, as ações tiveram valorização de 80%.

Problemas financeiros são segunda principal causa de divórcio

Casais com problemas financeiros tendem a enfrentar dificuldades nos relacionamentos. Pelo menos é isso o que diz a pesquisa "A saúde financeira entre casais", publicada agora pelo Serasa. Entre os casais separados ou divorciados, 27% apontam as adversidades nas finanças como o segundo principal motivo para o término da relação, atrás apenas de falhas de comunicação (41%). Portanto, conversar abertamente sobre dinheiro - em especial sobre a falta dele - pode salvar casamentos.

Com queda de juros, incorporadora You,Inc refaz planos

A expectativa da queda de juros tem levado muitas incorporadoras a rever os planos para o mercado brasileiro. No início do ano, a You,Inc projetava lançar R\$ 1,2 bilhão em valor geral de venda (VGV) em 2023.

Com a melhora do cenário econômico e a provável redução da Selic no segundo semestre, a empresa decidiu atualizar as contas. O plano é chegar a R\$ 1,8 bilhão em lançamentos até dezembro. Se o número se confirmar, representará um aumento de 63,3% em relação a 2022.

71% das empresas brasileiras citam os juros altos como a principal dificuldade de acesso ao crédito, conforme levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

"A combinação da atual evolução benigna de muitos preços com a modesta apreciação do câmbio e a provável ratificação da meta de inflação para 2024 e 2025 abaixo de 3,5%, poderia promover uma reavaliação das expectativas de inflação, facilitando o relaxamento da política monetária" Joaquim Levy, ex-ministro da Fazenda e diretor do Banco Safra, engrossando o coro dos que defendem a queda dos juros

RAPIDINHAS

A multinacional americana DocuSign, líder global em assinatura eletrônica e gestão de documentos em nuvem, fez as contas. Afinal, qual é o impacto da atuação para o meio ambiente? Segundo a empresa, desde 2003, 73 bilhões de folhas de papel foram substituídas por processos digitais, o que evitou o corte de 7 milhões de árvores.

Sem agência e com atuação mais ágil, as fintechs significaram grande transformação na indústria bancária. Ainda assim, há espaço a ser ocupado.

Segundo a consultoria Boston Consulting Group (BCG), elas movimentaram US\$ 245 bilhões em 2022, o que correspondeu a apenas 2% do volume gerado por todos os serviços financeiros.

A cidade baiana Luís Eduardo Magalhães, um dos polos do agronegócio brasileiro, tem atraído grande fluxo de investimentos, inclusive em áreas como turismo e lazer. De olho na crescente classe média local, as empresas do ramo imobiliário ABL Prime e Trinus pretendem desembolsar R\$ 50 milhões na construção de um parque aquático no município.

O consórcio rural ganha terreno no Brasil. Pelas contas da Associação Brasileira de Administradores de Consórcios (Abac), esse tipo de produto financeiro para a compra de máquinas e implementos agrícolas dobrou de tamanho entre 2019 e 2023. O motivo, claro, é o crescimento explosivo do agronegócio.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/12/all.pdf>

Conta de 2024 ainda não fecha

MANOEL VENTURA

A meta de zerar o déficit nas contas públicas em 2024, definida pelo Ministério da Fazenda e presente no novo arcabouço fiscal, ainda depende, para ser cumprida, de um aumento de receitas que não foram aprovadas ou divulgadas.

A avaliação é de integrantes da própria equipe econômica, que admitem nos bastidores que ainda será necessário aprovar ações no Congresso para garantir que a meta do ano que vem será atingida. Nas contas do governo, será necessário um incremento de R\$ 110 bilhões, mas o mercado avalia que pode superar isso.

O arcabouço fiscal, que deve ser analisado neste mês pelo Senado após ter sido aprovado pela Câmara, estabelece um conjunto de regras para definir como as despesas federais vão crescer.

Os gastos poderão subir acima da inflação, em uma proporção do crescimento da receita. Além disso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, definiu as metas para o resultado das contas públicas nos próximos anos.

A meta é zerar o déficit em 2024 e, a partir de então, passar a fazer superávits. O resultado primário do governo federal é calculado considerando a diferença entre receitas e despesas, sem contar o pagamento dos juros da dívida pública. Em 2025, o objetivo é fazer com que as contas fiquem no azul o equivalente a 0,5% do PIB. No ano seguinte, a meta é obter um superávit de 1% do PIB.

Em todos os anos, o resultado do governo poderá ser 0,25 ponto percentual do PIB para mais ou para menos. Em 2024, é como se o resultado do governo pudesse oscilar entre um déficit de cerca de R\$ 30 bilhões e um superávit nesse mesmo montante.

SAÚDE E EDUCAÇÃO

O governo sabe que precisa aumentar suas receitas no próximo ano porque as despesas vão crescer acima da inflação em qualquer cenário.

Além disso, seria necessário fazer uma recomposição de receitas mesmo se as despesas não crescessem, como forma de garantir a meta.

Os cálculos da equipe econômica hoje apontam a

necessidade de as receitas subirem R\$ 110 bilhões no ano que vem. Esse número considera a necessidade de cobrir uma despesa da ordem de 18,7% do PIB, além dos gastos extras do arcabouço fiscal. No mercado, o número esperado é maior.

Pelas contas de integrantes do governo, desse total, são necessários R\$ 40 bilhões para recompor as diferenças dos pisos de saúde e educação, elevar o salário mínimo acima da inflação e garantir o piso de investimentos. Esse não é exatamente o montante dessas medidas, mas a diferença entre esses gastos agora e o que eles vão crescer no próximo ano. Por isso, para cobri-los, seria necessário aumentar a arrecadação.

NÚMERO INCERTO Haddad tem lançado medidas paulatinamente e conseguido aumentar a arrecadação também por decisões judiciais. O governo já conseguiu, por exemplo, decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça (STJ) permitindo a cobrança de impostos federais (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) de empresas que têm descontos do ICMS para subvenção de suas operações (e não para investimentos).

O valor previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com a medida é de R\$ 47 bilhões.

Mas esse número está sendo revisado pela Receita diante da decisão final do Judiciário, e nem tudo vai entrar na conta no ano que vem.

Outras propostas já aprovadas incluem preços de transferências internacionais e medidas relacionadas ao ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins. Ainda estão na fila medidas como tributação de apostas esportivas e o cerco a importadores. No entanto, o conjunto dessas ações, na avaliação do governo, ainda não é suficiente para garantir o déficit zero.

A medida-chave, na visão do governo, para fazer o déficit zerar, seria a volta do critério de desempate pró-Receita no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), o tribunal do Fisco. O Carf tem formação paritária entre contribuintes e auditores fiscais. Desde 2020, em caso de empate, a vitória é do contribuinte. Este ano, o governo editou uma medida provisória (MP) para retomar a vitória da Receita nos casos de empate.

Sob protestos de contribuintes, a proposta sequer foi

avaliada pelo Congresso e perdeu a validade. O governo, então, mandou um projeto de lei, para o qual ainda não foi designado relator, nem há data para votação.

Enquanto isso, o **Carf** já acumula um estoque de processos que ultrapassa R\$ 1 trilhão.

É parte dessa receita que o governo quer levantar.

A mudança no **Carf** encontra forte resistência entre parlamentares. Auxiliares de Haddad, porém, dizem que há "planos B e C" para essas ações. Entre as decisões que podem ser tomadas, estão ações relacionadas ao Imposto de Renda da Pessoa Física. O governo quer tomar medidas pontuais de "correção" no IR ao longo do ano, como a cobrança sobre fundos de investimentos fechados.

Jeferson Bittencourt, economista da ASA Investments e ex-secretário do Tesouro Nacional, afirma que o projeto da LDO diz explicitamente que são considerados, na estimativa de receita, R\$ 155 bilhões em projetos em discussão no Executivo, para viabilizar a entrega da meta em 2024: - Aplicando os critérios do arcabouço fiscal aprovado na Câmara, essa necessidade de medidas pode ultrapassar facilmente R\$ 210 bilhões.

Atualmente todas as casas estão revisando seus cenários de **PIB** e **inflação**, o que pode fazer esse número variar um pouco. Mas seria muito importante o governo esclarecer quais serão as medidas consideradas na elaboração na Orçamento de 2024, para que o mercado também possa fazer sua avaliação da viabilidade financeira, política e jurídica dessa arrecadação.

BLOQUEIO COMO SAÍDA

Bittencourt lembra que alguns temas, como a tributação de investimentos no exterior, têm um ganho líquido em 2024 não muito expressivo, uma vez que apenas compensariam a correção da faixa de isenção do IR, mas precisam ter sua viabilidade política avaliada. Por isso, diante de um montante tão expressivo a ser coberto, é difícil crer que é viável chegar a essa arrecadação sem que mais dados sejam apresentados, afirma ele: - É de se imaginar que, por mais meritórias que medidas de aumento de **tributos** e redução de renúncias eventualmente possam ser, agentes econômicos e políticos irão reagir. Atividades econômicas se tornarão menos lucrativas e é normal que se reduzam, reduzindo o potencial de arrecadação.

Felipe Salto, sócio e economista- chefe da Warren Rena, calcula que, se o governo bloquear recursos em

2024, a receita necessária para cumprir a meta será menor, de R\$ 100 bilhões. Ele também cobra mais informações sobre medidas já tomadas: -Faltam informações para que possamos replicar cálculos. Faltam até mesmo os detalhes das contas do próprio governo.

"Aplicando os critérios do arcabouço fiscal aprovado na Câmara, essa necessidade de medidas pode ultrapassar facilmente R\$ 210 _bilhões"

Jeferson Bittencourt, economista da ASA Investments

"Faltam informações para que possamos replicar cálculos. Faltam até mesmo os detalhes das contas do próprio governo"

Felipe Salto, sócio e economista chefe da Warren Rena

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Veterano em sistema de impostos retorna à Câmara

Lu Aiko Otta

Quis o destino que, neste momento em que a **reforma tributária** entra novamente numa reta decisiva, chegasse ao Congresso Nacional o deputado Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR). Na noite da sexta-feira (9), o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que será dele a cadeira que vagou com a cassação do mandato de Deltan Dallagnol.

Hauly é, possivelmente, o político com maior experiência em negociações sobre o sistema de **impostos** do Brasil desde a promulgação da Constituição de 1988. Promete reforçar as articulações para superar os receios de setores da economia e entes federados que temem perdas com as mudanças em discussão. "Vamos esclarecer isso tudo", afirmou ao Valor. "Todo mundo ganha, não tem perda para ninguém."

Mesmo sem mandato, batia ponto toda semana no Congresso e participava das reuniões da comissão especial da **reforma tributária**.

Num dos lances mais recentes, vem discutindo com o relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a instituição de um "cashback" para

prefeituras. É possível que o ponto seja incorporado ao relatório.

Hauly explicou que compras realizadas pelo setor público não devem ser tributadas por outros entes. No entanto, essa tributação ocorre e é motivo de muitas ações na justiça. O "cashback", argumentou, pode ser uma forma mais simples de restituir os recursos aos municípios do que a concessão de isenções.

Mecanismos desse tipo serão facilitados pela digitalização do recolhimento de **impostos** após a reforma. O futuro deputado é entusiasta do que chama de "sistema 5.0", que permite o recolhimento e a repartição dos recursos dos **impostos** de forma automática e imediata. Não é possível, afirmou, aprovar um novo sistema e manter o recolhimento analógico que existe hoje.

"A **reforma tributária** é a reforma do capitalismo brasileiro", afirmou. Na sua visão, o Brasil cresce pouco porque é vítima de uma "folia de reis", de uma

"malandragem". As regras complexas dão espaço para que se conviva hoje com uma taxa de R\$ 7,5 trilhões de inadimplência, com R\$ 4,5 trilhões inscritos em dívida ativa, com R\$ 600 bilhões de renúncias fiscais por ano, com R\$ 200 bilhões de custos burocráticos e com R\$ 800 bilhões de sonegação, listou. "Nós temos que acabar com isso e colocar uma regra justa, universal, já experimentada no mundo inteiro, sem reinventar a roda."

O fechamento desses ralos é uma das vias de ganho de receitas proporcionadas pela **reforma tributária**. Outra é o aumento de eficiência, com a simplificação do sistema. O deputado diz que, após a reforma, as empresas poderão transacionar entre si sem levar em conta o peso dos **impostos** e suas inúmeras exceções e regimes especiais.

Hauly era secretário de Fazenda do Paraná em 1988, quando foi elaborada a atual Constituição. Nessa condição, participou de debates envolvendo o novo sistema tributário. Em seguida, foi eleito deputado federal. Foram sete mandatos consecutivos.

A primeira proposição que apresentou foi uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que tratava do sistema tributário. Foi aprovada anos depois e deu base à unificação de cadastros dos fiscos.

Hauly não gosta de ressaltar isso, mas essa mesma proposição, convertida na Emenda Constitucional 3, aprovada no governo de Itamar Franco, permitiu a criação do Imposto Provisório sobre a Movimentação Financeira (IPMF). Esse ponto não constava da proposta original.

Na lista de propostas que Hauly apresentou e que foram convertidas em norma jurídica, está o projeto que modificou o Simples para permitir que escolas, hospitais e casas lotéricas, entre outros, pudessem optar pelo sistema. Há outros temas, como o Estatuto da juventude, a possibilidade de compensação entre o Instituto Nacional do

Seguro Social (**INSS**) e sistemas previdenciários do setor público e a instituição de 25 de outubro como o Dia Nacional do Macarrão.

Em 11 de dezembro de 2018, no governo de Michel **Temer**, foi aprovada por unanimidade, em comissão

especial da Câmara, a PEC 293, da **reforma tributária**, relatada por Haully. A matéria, porém, não chegou a ser analisada pelo plenário da Casa.

§ion=1

No início do governo de Jair Bolsonaro, houve quem defendesse que a discussão sobre o sistema tributário fosse retomada a partir daquela proposição. No entanto, o então presidente da casa, Rodrigo Maia, preferiu apoiar a PEC 45, apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP), que continha a proposta elaborada pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), liderada pelo economista Bernard Appy.

A PEC 293 migrou para o Senado, onde foi modificada e renumerada como PEC 110.0 relatório que Aguinaldo Ribeiro elabora pretende ser um somatório dessas propostas e de outras apresentadas na Câmara e no Senado.

Depois de 35 anos vendo a **reforma tributária** fracassar pelas mais diversas razões, Haully ainda vê motivos para otimismo. Desta vez,

avaliou, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, demonstra um envolvimento com o tema que não se via em seus antecessores. Outro fator importante é o apoio político do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à agenda de seu ministro.

Haddad é um economista que compreende os malefícios da falta de um Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) no Brasil, elogiou Haully. "O segredo é o IVA, não é o Imposto de Renda", afirmou. "O IVA vai acabar com os **impostos** que concorrem na mesma base, que é o consumo: o ISS, o ICMS, o PIS e a Cofins." Não por acaso, a criação do IVA, chamado nas PECs 45 e 110 de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), é o traço em comum da maioria das propostas de **reforma tributária** elaboradas desde 1988.

Com histórico de deputado de oposição ao FT, Haully avaliou que a **reforma tributária** é uma agenda de país, e não de governo. Seu plano, ao retornar à Câmara dos Deputados, é articular um bloco de modernização da economia, como havia no início dos anos 1990, formado por parlamentares como Roberto Campos (avô do atual presidente do Banco Central), Francisco Dornelles e Delfim Netto, para tratar dessa e de outras pautas relacionadas ao tema.

"Todo mundo ganha, não tem perda para ninguém"

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Veterano em sistema de **impostos** retorna à Câmara

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187572?page=1>

O debate sobre a reforma e o cashback tributário (Artigo)

Flavio Vieira Souza

Flavio Luis Vieira Souza é contador mestre em economia empresarial e professor de cursos de graduação e pós-graduação.

As propostas de **reforma tributária** e do novo arcabouço fiscal em tramitação no Congresso Nacional são tratadas como prioritárias na condução da política econômica do governo. Partindo da premissa que o sistema tributário em vigor limita o crescimento econômico e o desenvolvimento social, devido a sua complexidade, instabilidade e elevada carga tributária (33,9% **PIB**), pretende o governo simplificar a tributação sobre o consumo, reduzindo benefícios fiscais casuísticos, unificando **tributos** federais, estaduais e municipais (IPI, PIS, Cofins ICMS e ISS) cobrados com a aplicação de alíquotas uniformes, de forma não cumulativa e no destino.

Se tais aspectos forem observados pelo Congresso proporcionarão segurança jurídica, atraindo investimentos, além de reduzir o grau de litigiosidade que em 2018, apenas na esfera federal ultrapassava o patamar de R\$ 3,4 trilhões, de acordo com a Associação Brasileira de Jurimetria.

O novo arcabouço fiscal consiste em um conjunto de regras com objetivo de estabilizar o endividamento público, estabelecendo meta de resultado primário e vinculação do crescimento das despesas em relação às receitas, sendo necessário ampliar a arrecadação para acomodar o aumento dos gastos públicos.

A equipe econômica estima que com a aprovação da **reforma tributária** a arrecadação poderia aumentar até 12% do **PIB** em 15 anos, situação que contribuiria com o arcabouço fiscal, permitindo ao Estado retomar o papel de impulsionador da economia.

O sistema tributário em vigor agrava um dos piores problemas do país, a desigualdade. Ao tributar com maior peso o consumo (14,8% do **PIB**) do que a renda (8% do **PIB**) e o patrimônio (1,7% do **PIB**) prejudica a população mais pobre. A aprovação de um tributo sobre o valor agregado é analisada como possível solução.

Ao adotar uma alíquota unificada e revogar isenções concedidas aos produtos e serviços os preços

relativos serão alterados em toda a economia. Alguns setores terão aumento na carga tributária, enquanto outros podem ser beneficiados. Assim é possível que haja redução da capacidade de consumo dos mais pobres, tendo em vista que produtos que compõem a sua cesta não serão mais contemplados por isenções,

acarretando aumento da carga tributária, o que poderia agravar a desigualdade. Esse problema pode ser atenuado por meio da criação de isenções personalizadas aos mais pobres, mostrando-se mais eficiente do que a atual aplicação do princípio da seletividade que desonera produtos consumidos para todos os contribuintes, inclusive aqueles que possuem condições para contribuir.

A Constituição estabelece que os **impostos** sempre que possível terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte. Esse é o amparo que possibilita a criação do mecanismo, pelo qual o consumidor poderia receber de volta a parcela dos **tributos** pagos em itens que antes estavam desonerados, gerando impacto distributivo, o que tem sido denominado como "cashback" tributário. A adoção desse modelo pode colaborar com o aumento da arrecadação e formalização da economia, uma vez que será necessário vincular o CPF do adquirente dos bens e serviços no ato da compra para que seja possível a devolução desses valores, tornando a arrecadação em tese mais eficaz, contudo não pode ser desconsiderada a possibilidade do consumidor de baixa renda optar por adquirir produtos no mercado informal, se os preços praticados forem mais vantajosos.

Esse debate precisa ser aprofundado em relação ao processo de devolução imediata, na definição do público elegível ao benefício, forma de cadastro, periodicidade de atualização dos valores e outros pontos para garantir a efetividade da ação, contudo proponho que ainda seja analisada a possibilidade de parte desses recursos serem utilizados como contribuição para a **Previdência Social** da população beneficiada, o que garantiria ao cidadão hoje vulnerável, proteção, reduzindo no futuro a dependência de programas assistenciais.

A lei 12.470/2011 garantiu aos inscritos no CadÚnico sem renda própria que se dedique exclusivamente ao

trabalho doméstico no âmbito de sua residência, com renda familiar até dois salários-mínimos a possibilidade de contribuir para a Previdência com a alíquota reduzida de 5% sobre o salário mínimo, R\$ 66,00 a partir de maio/2023. Considerando que o valor médio do programa Bolsa Família pago em abril/2023 foi de R\$ 670,49 e aplicando uma alíquota uniforme de 25% de IVA, defendida por Bernard Appy, secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, como necessária para manter a arrecadação no patamar atual, o cidadão poderia ter restituído até R\$ 167,62, valor suficiente para que possa contribuir para Previdência, ainda sendo restituídos valores que excedem a contribuição.

Ao destinar parte do "cashback" para Previdência, seria possível manter o acesso aos benefícios de aposentadorias, auxílios por incapacidade, maternidade e pensão por morte para os dependentes do cidadão. Tais contribuições podem ainda no curto prazo reduzir o déficit da previdência, estimado na elaboração do orçamento de 2023 em R\$ 267,2 bilhões para o Regime Geral. Uma população superior a 21 milhões de pessoas, considerando apenas um membro por família, passaria a contribuir com mais de R\$ 16 bilhões por ano, recursos que poderiam ser alocados pelo orçamento em outras ações que não a composição do déficit, colaborando com o novo arcabouço fiscal e reduzindo a desigualdade no acesso a proteção social.

Cabe destacar que tarefas rotineiras e ocupações manuais cada vez mais estão sendo executadas por máquinas excluindo do mercado de trabalho fatia expressiva da população, estimada pelo IBGE em 60% da mão de obra. A redução desses postos de trabalho acarreta aumento de pessoas dependentes dos programas sociais e exclui da proteção proporcionada pela Previdência esse contingente, que embora possuam contribuições decorrentes de atividades empregatícias exercidas no passado, tende a permanecer usufruindo benefícios sociais, face ausência de recolhimento das contribuições atuais.

A transferência de renda não deve ser o único benefício proporcionado à população de baixa renda pela **reforma tributária**, sendo possível alterar hábitos de consumo, garantir seu acesso a produtos e serviços além de inclusão previdenciária, reduzindo a desigualdade.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187572?page=1§ion=1>

3 em cada 10 que saíram da força de trabalho em 2022 receberam Auxílio Brasil

Marsílea Gombata

O Auxílio Brasil pode ter sido responsável por cerca de um terço dos trabalhadores que deixaram a força de trabalho no ano passado. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua Anual 2022 compilados pela LCA Consultores, 31,8% do total que deixou a força de trabalho era beneficiário do Auxílio Brasil, enquanto 41% recebiam pensão, aposentadoria ou BPC/Loas, e outros 27% que saíram não recebiam outro tipo de rendimento.

O estudo feito pelo economista Bruno Imaizumi mostra que o aumento da massa de renda do Bolsa Família entre 2009 e 2022, com reajuste do benefício de R\$ 192 para R\$ 600, levantou a hipótese de efeito adverso no mercado de trabalho, com beneficiários irregulares no Cadastro Único deixando de procurar emprego por receio de perder o auxílio. O fato de a taxa de participação - população economicamente ativa (PEA) dividida por população em idade ativa (PIA) - estar abaixo do nível pré-pandemia contribuiu para a hipótese.

Segundo Imaizumi, apesar de entre 2019 e 2022 4,9 milhões de pessoas terem sido inseridas na PIA (14 anos ou mais), 5,3 milhões ficaram fora da força de trabalho (soma das pessoas ocupadas e desocupadas). Dentre eles, o grupo daqueles que recebiam apenas Bolsa Família, Auxílio Emergencial ou Auxílio Brasil cresceu 1,4 milhão, de 4,6 milhões em 2019 para 6 milhões em 2022.

"Mesmo que as condições de entrada do mercado de trabalho sejam mais difíceis para esse grupo, que costuma ter menos qualificação, em alguma magnitude esse aumento pode estar ligado à má qualidade do desenho do Auxílio Brasil em 2022", diz o economista no estudo.

No período, também deixaram de compor a força de trabalho 1,8 milhão de indivíduos que recebiam aposentadoria ou pensão e 1,5 milhão de indivíduos que não recebiam benefício algum.

"Com a ampliação de beneficiários do Auxílio Brasil em 2021 e em meados de 2022, várias pessoas que não se adequavam ao antigo Bolsa Família acabaram entrando na força de trabalho e foram responsáveis por diversos movimentos. Não somente pelos 30%

fora da força de trabalho, mas houve entrada de 700 mil pessoas na força de trabalho, ocupadas ou desocupadas e que acabaram recebendo o benefício mesmo assim", afirma Imaizumi.

"Apesar de não comprovado o efeito, os dados trazem indícios de que houve incentivos negativos no mercado de trabalho. O programa foi implementado às pressas e ainda foi turbinado às vésperas das eleições. Vimos um crescimento exponencial de famílias unipessoais no Cadastro Único (CadÚnico), e provavelmente muitas famílias receberam mais de um benefício", continua o especialista

Segundo o levantamento, a taxa de participação - que relaciona a quantidade de pessoas na força de trabalho com as pessoas aptas a trabalhar - foi de 63,9% em 2019 para 61,9% em 2022.

Levando em conta a contribuição de indivíduos por tipo de benefício recebido, houve alta de 0,3 ponto percentual dos que recebiam apenas Bolsa Família, Auxílio Emergencial ou Auxílio Brasil, acréscimo de 0,2 ponto percentual dos que recebiam apenas o Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas), apenas outros tipos ou mais de um rendimento.

Também houve queda de 0,5 ponto percentual dos que recebiam aposentadoria ou pensão, e redução de 2,1 pontos percentuais daqueles que não recebiam nenhum tipo de benefício.

"Vemos que, de fato, é possível que as transferências governamentais tenham gerado esse potencial desincentivo à busca por ocupação por parte da pessoa inativa", afirma Lucas Assis, da Tendências Consultoria, ao classificar o fenômeno de "potencial desincentivo", uma vez que a relação causa-consequência está envolta em incertezas.

"Desde o início da pandemia houve grande proteção social por parte do governo federal. Em 2020 e 2021 houve o Auxílio Emergencial, em 2022 o Auxílio Brasil, e em 2023 a reformulação do Bolsa Família e o reajuste do salário mínimo, que indexa uma série de programas sociais, abono salarial, seguro-desemprego, e piso previdenciário", continua.

Os três últimos anos, afirma Assis, foram de significativa injeção de recursos governamentais via

renda das famílias, por programas previdenciários ou assistenciais. Esse cenário também contribui para o não retorno da taxa de participação aos níveis pré-pandêmicos, com uma quantidade significativa de pessoas que saíram do mercado de trabalho não retornando.

O economista ressalta, contudo, que a maior parte desse movimento se deve aos idosos. O envelhecimento populacional contribuiu para aumento das aposentadorias, que levou mais pessoas para fora da força de trabalho, diz.

"Na pandemia isso ocorreu de forma mais intensa devido a temor de contaminação e sequelas da covid. Superada a fase mais aguda da crise sanitária, a maioria dos grupos etários retoma à força de trabalho, mas isso não ocorre com os mais velhos, seja pela dificuldade de reinserção desses profissionais, seja pela numerosa emissão de aposentadorias."

Em 2022, em meio à corrida eleitoral, o governo anterior buscou reduzir a fila do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Em janeiro do ano passado, havia 1,47 milhão na fila. Em setembro, esse número havia sido reduzido para 994,5 mil, e em dezembro, para 930 mil.

"Enquanto a população acima de 65 anos cresce em tomo de 4% ao ano, o estoque de aposentados por idade e tempo de contribuição cresceu 7,5%, de 17,6 milhões em 2019 para 18,9 milhões em 2022, segundo o Boletim Estatístico da **Previdência Social**", diz.

Ele lembra que alta dessa magnitude ocorreu apenas em 2016, após a reforma da Previdência. "Isso foi decisivo para os mais velhos. A partir do momento em que se aposentam, não têm perspectiva de retornar ao mercado."

Somam-se ao grupo de aposentados, diz Imaizumi, beneficiários do BPC, que chegaram a 4,7 milhões e são, em sua maioria, idosos e deficientes de baixa renda.

Daniel Duque, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), argumenta, contudo, que programas de transferência de renda não devem ser tão diretamente relacionados à queda da taxa de participação. Estudos mais rigorosos, diz, mostram que essa queda se deve também aos jovens, por questões de baixa qualificação.

"Esses benefícios são uma política relevante, que foi usada por países desenvolvidos para aumentar o nível de salários e reduzir a desigualdade de renda", diz.

No início deste ano, o Ministério do Desenvolvimento

Social anunciou a exclusão de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas irregulares no CadÚnico. Em maio, o valor pago a beneficiários do Bolsa Família foi de R\$ 14 bilhões, ante cerca de R\$20 bilhões de novembro.

"Isso pode fazer com que alguns indivíduos, antes contemplados no programa de maneira irregular, voltem à busca de uma ocupação", diz Imaizumi. "No entanto, parte da redução da taxa participação é estrutural e não deve ser revertida."

Segundo ele, isso ocorre não apenas por causa das aposentadorias precoces, mas pela dificuldade do retorno ao mercado de trabalho após muito tempo de afastamento, que acaba gerando perda de produtividade.

"Muitas pessoas estão na força de trabalho potencial e poderiam estar ocupadas ou procurando emprego, mas a principal dificuldade delas é a falta de qualificação", acrescenta.

A migração desses beneficiários, prevê Assis, deve ocorrer tanto pelos cortes no Bolsa Família que estão em curso quanto pelas más condições da economia.

"Preços ainda elevados, um cenário para demanda das famílias bastante ruim, efeitos da política monetária doméstica e o ambiente global de baixo de crescimento vão enfraquecer o mercado de trabalho, que responde de forma defasada ao ciclo econômico. Com isso, mais pessoas vão buscar emprego no segundo semestre", diz.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187572?page=1§ion=1>

Ministros do governo Lula se atritam com cobranças do centrão

Catia Seabra e Julia Chaib Brasília

As recentes demonstrações de insatisfação de parlamentares com o governo Lula (PT) têm provocado duros embates entre integrantes da equipe do presidente.

Colaboradores diretos do petista atribuem a atual desarticulação no Congresso ao desprezo de ministros a acordos selados com deputados e senadores.

No núcleo do governo, as dificuldades no Legislativo têm sido debitadas nas contas de ministros que se recusam a abrir espaço aos recém-agregados, especialmente os do centrão.

As queixas não se restringem ao descumprimento de ordens para nomeações e liberação de recursos, mas incluem disponibilização de agendas e até patrocínio para realização de festas juninas.

Alertado por ministros da cozinha palaciana, Lula determinou o cumprimento dessas orientações sob pena de serem exonerados. Segundo aliados do presidente, mantido o problema, ele deverá advertir sua equipe na próxima reunião ministerial.

Nos últimos dias, após a ameaça da Câmara de derrubar a MP (medida provisória) que reestruturou a Esplanada, a articulação política do Planalto tem feito apelos para que as solicitações dos congressistas sejam atendidas.

O ministro Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais, que trata das negociações políticas com o Legislativo, fez uma série de reuniões com outros ministros para identificar entraves.

Uma das conversas mais duras ocorreu, segundo relatos, com Esther Dweck, da pasta de Gestão e Inovação em Serviços Públicos. A ministra impôs resistência à nomeação de indicados para as filiais da SPU (Secretaria do Patrimônio da União), reservada, por exemplo, a afilhados de políticos da União Brasil.

Até a semana passada, as secretarias vinham sendo chefiadas por interinos, o que fomentou uma discussão entre ela e Padilha.

Também havia resistência da ministra em ceder

alguns espaços na Funpresp (Fundação de **Previdência Complementar** do Servidor da União). Após a reunião com Padilha, porém, ficou acordado que o órgão deve ficar com uma pessoa apontada pelo Podemos.

Esther concordou ainda em liberar as designações, e uma série de nomeações deve ser publicada nos próximos dias.

Na última semana, o ministro se reuniu também com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o presidente do Ibama, Agostinho Mendonça, que resistia à nomeação de apadrinhados políticos no instituto.

Mas, segundo integrantes do governo, a própria Marina atuou para convencer Agostinho a cumprir os acordos.

Deputados e senadores reclamam ainda de dificuldades no Ministério da Cultura. Contam que pedidos de patrocínio para festas juninas foram negados sob argumento de falta de tempo hábil para execução, tendo recorrido à Caixa. No banco, o tempo para liberação pode consumir 40 dias.

No Ministério da Educação, até petistas têm se queixado da relutância do ministro em aceitar indicações de seus companheiros de partidos. Cobrado, Camilo Santana afirmou ter recebido carta branca de Lula para montagem de sua equipe direta.

Outra fonte de dificuldades está no Ministério da Saúde, alvo de cobiça inclusive do PR Petistas reclamam que a ministra Nísia Trindade definiu as nomeações no ministério sem consultar os demais partidos e até mesmo os pares.

Parlamentares dizem que o sonho de consumo do PP é comandar a pasta da Saúde como um todo.

Outro petista que tem sido criticado por seus pares é Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário. Sobre ele, repousam as mesmas críticas de não cumprimento de acordos para nomear aliados de partidos do centrão e do próprio PT. Teixeira tem recebido críticas de correligionários de São Paulo.

Para aplacar resistências, Padilha se reuniu ainda com

a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, e da Caixa Econômica Federal, Maria Rita Serrano.

Lula tem sido aconselhado a não tratar nenhum de seus ministérios como tabus nas negociações políticas -exceto aqueles considerados da cozinha do Planalto, como Secretaria de Relações Institucionais, Casa Civil e Fazenda.

A demora em liberar emendas impositivas e as verbas extras (que são parte do Orçamento dos ministérios, mas que vão ser apadrinhadas por deputados) também é uma reclamação inclusive de aliados do governo no Congresso e atinge todas as pastas.

Uma das principais queixas de parlamentares é que Padilha não teria tinta na caneta para fazer valer os acordos que articula. Por essa razão, o próprio Lula disse, em reunião com aliados, que os pares precisavam cumprir as orientações do ministro.

O presidente entrou em campo pessoalmente na articulação política após correr o risco de ver derrotada a MP que redesenhou a Esplanada e ampliou de 23 para 37 o número de ministérios.

Por fim, a medida provisória foi aprovada no último dia 31 de maio após ameaça dos deputados de derrotarem a MP diante da insatisfação generalizada com a articulação política do Planalto.

Para tentar aplacar as insatisfações, Lula teve um encontro com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na última segunda-feira (5), em que conversaram sobre os problemas da articulação. Na ocasião, o presidente se comprometeu a destravar os entraves.

Também admitiu fazer trocas nos ministérios que são ocupados por indicados da União Brasil como forma de contemplar melhor a Câmara e aumentar o número de votos.

Ainda assim, o clima com os deputados continuava tenso até o meio da semana passada. Tanto que o Planalto chegou a convidar líderes partidários para um encontro, mas ele acabou não acontecendo, em parte, porque os parlamentares avaliavam ainda não haver clima.

Deputados querem realizar os encontros quando o governo acelerar as nomeações e liberações de emendas.

O esforço dos articuladores políticos ocorre porque integrantes do Planalto sabem que não têm votos suficientes para aprovar medidas de interesse do governo sem a influência de Lira.

MEMBROS DO GOVERNO ALVOS DE QUEIXAS DO CONGRESSO

Esther Dweck, Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Camilo Santana, Educação

Nísia Trindade, Saúde

Paulo Teixeira, Desenvolvimento Agrário

Agostinho Mendonça, presidente do Ibama

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50305>

As reações dos políticos aos protestos nas ruas

Bernardo Estillac

Quem abriu a edição de Política do Estado de Minas em 30 de junho de 2013 se deparou com uma página dupla e o título: "Clamor fez resposta ser rápida". No centro da edição, sobreposta a uma imagem da Praça Sete completamente tomada por manifestantes, estavam elencados uma série de movimentos imediatos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para responder aos protestos que viraram o país de ponta-cabeça naquele mês que se encerrava. Sob o calor do momento, as autoridades brasileiras reagiram rápido, mas a maior parte das medidas de impacto a longo prazo ficou pelo caminho com o passar dos anos.

A Câmara dos Deputados trabalhou em ritmo acelerado para discutir e votar medidas que ecoassem o grito das ruas na casa legislativa. Foi aprovado o Projeto de Lei (PL) 323/07 que determinava a destinação de 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde. Outro PL aprovado reduziu as alíquotas do PIS/Pasep dos serviços de transporte público. Também naquele mês, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, um dos principais alvos dos manifestantes por retirar atribuições investigativas do Ministério Público, foi arquivada no Congresso.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) também teve dias de trabalho duro em junho. O grupo permanente que avalia todos os projetos de lei propostos aprovou naquele mês a PEC 90/2011, que incluiu o transporte público na lista dos direitos sociais; a PEC 196/2012, que instituiu o voto aberto nos processos de cassação de mandato parlamentar por quebra de decoro e processos criminais; e a PEC 205/2012, que regulamenta o uso de verba indenizatória por deputados estaduais.

No Senado, foi aprovado um novo regulamento para o Fundo de Participação dos Estados (FPE). Também teve votação favorável o PL 204/2011, que torna a corrupção um crime hediondo. Os senadores ainda aprovaram urgência para a tramitação do PL 248/2013, que institui o passe livre estudantil e para a PEC 2/2012, que exige ficha limpa para servidores públicos.

Na esfera municipal, a reação mais comum entre as

prefeituras está relacionada à pauta original das jornadas de junho. Em seu livro "A Razão dos Centavos", o urbanista e professor da Escola de Arquitetura da UFMG Roberto Andrés recorda que mais de 100 cidades brasileiras tiveram o aumento no preço das passagens de ônibus revogado como medida imediata após os protestos.

O professor avalia que não houve, no entanto, a estruturação de políticas de transporte mais perenes que permitiriam uma melhoria contínua nos sistemas brasileiros. Ainda assim, as manifestações de 2013 contribuíram para incutir no debate público a discussão sobre os modelos de cobrança das passagens e a ideia da tarifa zero.

"Houve essa reação imediata das 100 cidades revogando o aumento da tarifa, mas não houve um endereçamento institucional e político para a questão do transporte. Mesmo a esquerda política no poder não levou adiante propostas para de fato transformar institucionalmente a questão do transporte. Mas um ciclo de manifestações é capaz de produzir mudanças no senso comum da política e, nesse sentido, a ideia de "tarifa zero", que era absurda naquele momento, foi se tornando mais palpável e mais possível. Hoje a gente tem mais de 70 cidades com tarifa zero no Brasil e eram menos de 10 em 2013", analisa o pesquisador.

OS CINCO PACTOS DE DILMA

No Executivo Federal, a presidente Dilma Rousseff (PT) fez sua primeira movimentação formal no dia 21 de junho, em um pronunciamento em cadeia aberta de rádio e televisão. Ela anunciou que reuniria prefeitos e governadores para discutir medidas em resposta aos protestos no país.

A reunião anunciada aconteceu quatro dias depois em Brasília. O encontro rendeu a proposta de cinco pactos para atender às demandas das ruas. O primeiro tratava sobre responsabilidade fiscal com objetivo de garantir a estabilidade da economia e controle da inflação. O segundo versava sobre a convocação de um plebiscito para convocar uma assembleia constituinte que guiasse uma reforma política, além do envio de um projeto para tornar a corrupção dolosa em crime hediondo ao Congresso.

O terceiro pacto incluía medidas para a área da saúde.

Destacam-se pedido para governadores e prefeitos acelerarem investimentos em hospitais; ampliação da adesão de hospitais filantrópicos ao SUS; importação de médicos para o serviço público; e criação de mais de 11 mil vagas em cursos de medicina.

O quarto pacto trazia medidas relacionadas ao transporte, como a desoneração do PIS sobre o óleo diesel; pedidos aos estados e municípios para diminuir a carga de **impostos** do transporte coletivo; destinação de R\$ 50 bilhões para obras de mobilidade urbana; e a criação de um Conselho Nacional do Transporte Público. O quinto e último pacto foi um pedido de apoio para o repasse total dos royalties do petróleo para saúde e educação.

O conturbado cenário político e econômico que sucedeu o anúncio dos pactos afetou a concretização de algumas das ideias. Para o professor Roberto Andrés, as ideias poderiam não surtir efeito real no cenário da mobilidade urbana e as propostas de médio e longo prazo foram comprometidas nos anos após 2013.

"As ideias eram muito relacionadas às obras, fazer um novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), e eu tenho muita dúvida se isso resolveria o problema. Eram ideias caras que não lidavam com os problemas principais da mobilidade urbana. Depois disso, o governo entrou em recessão e muito daquilo não saiu do papel", comenta.

UM CONGRESSO MODIFICADO

Os dez anos das jornadas de junho de 2013 suscitam muitas análises sobre o que mudou no cenário político do Brasil. A composição da Câmara dos Deputados fornece uma percepção sobre as alterações na vida partidária do país.

Em 2010, ano da primeira eleição de Dilma Rousseff, o PT conseguiu eleger a maior bancada da Câmara, com 88 parlamentares. No pleito seguinte, o partido teve uma queda nesta contagem, mas seguiu como a legenda com mais representantes, 70. Este número cai para 56 em 2018 e aumenta para 68 em 2022. Embora tenha se recuperado nas últimas eleições, o PT foi superado em número de parlamentares pelo PL, que conseguiu 99 cadeiras.

O PMDB perdeu cadeiras nas duas eleições seguintes às jornadas de junho. O partido, hoje chamado MDB, saiu de 79 parlamentares em 2010 para 66 em 2014 e 34 em 2018. A queda mais acentuada, no entanto, aconteceu no PSDB. Os tucanos eram a terceira maior bancada em 2010, com 53 deputados, e viram esse número cair pleito a pleito até chegar a 13 nomes eleitos em 2022, uma redução de 75% na

representação na Câmara.

Neste período, o efeito de ter Jair Bolsonaro como candidato se mostrou eficiente em angariar nomes no Legislativo. Candidato eleito em 2018 pelo PSL fez a bancada do partido subir de 1 para 52 cadeiras de 2014 para 2018. Derrotado em 2022 concorrendo pelo PL, o ex-presidente ajudou a legenda a saltar de 33 para 99 deputados.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
As duas visões de Dilma sobre junho de 2013

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/12/06/2023/p1>

"Há riscos de recessão global"

» ROSANA HESSEL

ENTREVISTA // OTAVIANO CANUTO, ex-vice-presidente do Banco Mundial

O Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil do primeiro trimestre de 2022 surpreendeu o mercado ao crescer 1,9%, acima das previsões, mas esse desempenho positivo não pode ser imputado somente ao atual governo, na avaliação do economista Otaviano Canuto, ex-vice-presidente e ex-diretor executivo do Banco Mundial, ex-diretor executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e membro sênior do Policy Center for the New South, think tank marroquino sediado em Washington.

Canuto vê com preocupação o fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cometer vários equívocos, como insistir em erros do passado, adotando "medidinhas" que acabam custando caro para a população porque pioram o quadro fiscal. Ele defende um foco maior do governo na energia verde, onde será o diferencial para o crescimento do país. "Esse é o grande ativo potencial do Brasil.

Devíamos estar focalizando nisso em vez de querer ajudar o produtor industrial defasado, que não investiu, que não tem competitividade e que está protegido comercialmente", afirma.

O ex-presidente do Banco Mundial alerta para os "sinais ruins" entre o que o governo anuncia medidas populistas e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que tenta consertar. Na avaliação dele, a meta fiscal prevista no novo arcabouço não será cumprida diante da "política fiscal expansionista" do governo e, consequentemente, a equipe econômica vai "empurrar para frente, eventualmente, a exigência de ter de fazer um ajuste fiscal que controle e que reduza a dívida pública".

De acordo com Canuto, Lula erra ao fazer afagos à Rússia e ao ditador venezuelano Nicolás Maduro, além de emparedar o Banco Central. "Eu creio que isso é um tiro no próprio pé." Ele ainda demonstra preocupação com a tentativa de Lula de barrar o acordo entre Mercosul e União Europeia por conta das compras governamentais.

"O bloco corre realmente o risco de perder, mais uma vez, a oportunidade de dar um passo à frente na direção de um pouco mais de abertura comercial e de exposição à concorrência", frisa o economista.

Pelas projeções do economista, nos próximos trimestres, o crescimento do **PIB** brasileiro será "moderado", em torno de 2%. Ele prevê uma desaceleração global mais forte no segundo semestre deste ano.

A seguir, os principais trechos da entrevista de Canuto concedida ao Correio: Nesse novo contexto geopolítico global, com o mundo desacelerando devido à guerra na Ucrânia e aos processos de ajustes monetários dos bancos centrais, ainda há risco de uma recessão? E como fica o Brasil, nesse cenário?

O risco de recessão é claro, e depende, inclusive, de como é que se define a recessão global.

Em geral, os organismos multilaterais, quando falam em recessão global, em geral, é quando o crescimento do **PIB** global dá menos de 2% no ano. Esse dado de 2% como demarcador de recessão global é por conta de que dado o crescimento populacional, isso significa dizer que o **PIB** per capita cai se o **PIB** global crescer menos de 2%. Mas isso não é, por exemplo, uma medida que faça muito sentido quando se olha para países mais avançados, (que consideram recessão quando há mais de dois trimestres de **PIB** negativo). Com a **inflação** em 2021 e 2022 após a pandemia, os bancos centrais passaram a apertar a política monetária desde o ano passado, e, naturalmente, o mundo está desacelerando. A União Europeia já teve dois trimestres de queda no **PIB**. Nos Estados Unidos, há uma resistência do mercado de trabalho e do setor de serviços e, de fato, os números do mercado de trabalho têm surpreendido. Além disso, a recuperação do crescimento da China também surpreendeu, mas negativamente. Não está sendo tão forte quanto se imaginava depois da data da abertura da economia chinesa. Definitivamente, o que se pode dizer é que o crescimento global está desacelerando e é provável uma desaceleração mais forte no segundo semestre, pois os efeitos da defasagem da política monetária vão ser sentidos, na segunda metade do ano, e, principalmente, no começo do ano que vem.

A China crescendo menos pode ser um sinal preocupante, não só para a economia global, mas para o Brasil? O país asiático é o principal parceiro comercial e maior destino das commodities brasileiras - que tiveram um papel importante no **PIB** do primeiro trimestre do ano. Sim. A rigor, o que torna especial a condição do Brasil em relação a outros emergentes é justamente a produção agrícola, que gerou a surpresa

do forte crescimento no **PIB** do primeiro trimestre e um saldo comercial brasileiro notável. Além disso, houve um relativo bom desempenho no setor de serviços. As condições meteorológicas também ajudaram, em comparação com a pobre da Argentina, onde a seca afetou a produção de grãos. No Brasil, houve alguns pontos localizados de declínio da produção agrícola por conta da seca, mais ao Sul. Agora, nem tudo foi tão maravilhoso, porque a criação de empregos no país foi lenta e isso gerou esse pequeno aumento no desemprego. A produção industrial continua estagnada e é interessante notar que ainda está abaixo dos níveis pré pandemia.

Apesar do resultado mais robusto do **PIB** brasileiro, pelas projeções do mercado e do **FMI**, continua crescendo menos do que o resto do mundo. Com o mundo ajudando menos, o país continuará com essa tendência de baixo crescimento?

Essa é a tendência há muito tempo. O Brasil, inclusive, está crescendo menos do que outros vizinhos da região, como Colômbia.

E o fato é que a nossa tendência não é boa. Falta de produtividade, o nível de investimentos é baixo, falta uma predisposição mais ampla do que aquilo que vemos na agricultura.

Mas a indústria é muito taxada, enquanto agricultura e serviços são menos. Tanto que existe uma preocupação desses setores por conta da **reforma tributária**, porque ela deve aumentar, em algum momento, as taxações desses segmentos. Sim. Existe esse viés na estrutura tributária brasileira desde sempre, é desfavorável à indústria e é, em termos relativos, favorável à agricultura e aos serviços. Isso é um fato, há muito tempo. Aliás, vinha a esperança de que finalmente a proposta delineada pelo pelo Bernard Appy (secretário extraordinário da **Reforma Tributária** no Ministério da Fazenda) pudesse ser implantada, mas parece que o Congresso já está começando a colocar jabutis.

Como vai ser o desempenho da economia brasileira neste ano?

Acho que dá para presumir que o país vai continuar com um crescimento moderado. Acredito que deverá ficar em torno de 2%.

O crescimento vai permanecer moderado, mas melhor do que aquilo que se esperava, afinal de contas, a política fiscal vai continuar expansionista. E, claro, já que o pacote fiscal votado em dezembro de 2022 trouxe um sinal de política fiscal expansionista.

Nesse sentido, qual a sua avaliação do novo

arcabouço?

Há incertezas quanto ao cumprimento das metas fiscais e à trajetória da dívida pública. Eu, sinceramente, não tenho a expectativa de que essa meta de superavit seja cumprida. Ao mesmo tempo, não creio que o efeito virá a dívida pública numa trajetória explosiva. Mas, efetivamente, não vai estabilizar essa dívida pública, no final desse processo, nos patamares em que está lá prevista no documento, mas também não vai ser uma coisa explosiva. Vamos, digamos assim, empurrar para frente, eventualmente, a exigência de ter de fazer um ajuste fiscal que controle e que reduza a dívida pública.

O governo tem sinalizado novos pacotes nos moldes do governo Dilma Rousseff, como incentivo para carro popular, que pode não ser temporário. Seriam mais gastos que não estão previstos no Orçamento e que podem comprometer o novo arcabouço, que aposta no aumento de receita em vez de um ajuste via corte de gastos. Isso é preocupante, porque falta sinalização de um compromisso maior com a estabilização da situação da dívida. Medidas nesse estilo, como o apoio do automóvel, é preocupante. Mas aí vem o ministro Fernando Haddad dizendo que esse estímulo só será válido por um período pequeno de tempo. Contudo, parece que tem uma disputa dentro do governo entre um lado que faz pressão por medidas populistas, com efeito de curtíssimo prazo e com ônus fiscal, e, do outro, o Haddad tentando limitar isso no tempo, mas, definitivamente, o sinal não foi bom.

O presidente Lula tem dado prioridade para a agenda internacional, para mostrar que o Brasil voltou ao jogo.

Ele tem viajado bastante, mas tem dado sinais que não têm agradado muito alguns países, mas criticou, por exemplo, os Estados Unidos, quando esteve na China. E, de acordo com a revista francesa L'Express, "a magia acabou" após atritos com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, e afagos ao ditador venezuelano Nicolás Maduro. Esse movimento de Lula foi um equívoco. Se a intenção era unificar, recolocar no jogo, revitalizar a Unasul (União de Nações Sul-Americanas), e trazer o país para dentro de volta, assim como o Brasil voltou a trazer de volta aqueles que saíram no passado recente, como Uruguai, Chile, que demonstraram boa vontade de participar do encontro de cúpula em Brasília, o gesto de Lula em relação ao Maduro prejudicou isso. Foi um puro equívoco de cálculo do Lula em termos de se o objetivo dele era, mais do que nunca, fortalecer a Unasul. Os movimentos de Lula no exterior também não acrescentaram. Se ele tinha pretensão de fortalecer o Brasil como país neutro, a efetividade disso foi baixa.

O senhor fez uma crítica em relação à moeda comum, que tem sido retomada pelo governo Lula, não só para o Mercosul, mas também para os países do Brics (bloco integrado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) para fazer frente ao dólar nas trocas comerciais. Essa ideia é viável?

Francamente, não. Olha, o Brics é uma construção útil para reforçar o poder dos países membros no contexto multilateral e de negociações comerciais.

Em 2018, ficou claro que Estados Unidos e Japão não aceitariam que a China se tornasse o segundo maior acionista dentro do Banco Mundial. Então, os Brics montaram o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), e a China ainda criou o seu próprio banco de desenvolvimento.

Mas a China está querendo fazer acordos de comércio?

Talvez. O Uruguai é capaz de fazer acordos bilaterais, o que seria um dos grandes problemas no Mercosul. E, no acordo Mercosul- União Europeia, os membros do Mercosul vão ter que escolher.

Se começarem a querer fazer acordos bilaterais, é o que vai quebrar o Mercosul mais que já está quebrado.

Nesta semana, vai ter a reunião do comitê de política monetária do Federal Reserve, o Fomc e, nos dias 20 e 21, do Comitê de Política Monetária (Copom).

Será possível um início de queda dos juros no país?

Eu ainda acho que, provavelmente, o Copom vai ter de baixar juros, senão nessa próxima, mais ou menos, na reunião seguinte.

Eu creio que com os sinais, no lado da **inflação** brasileira, tem sido, digamos assim, propensos a isso. O Banco Central vai acabar reduzindo gradualmente a taxa básica da economia (Selic), na segunda metade do ano. O ruído feito pelo Executivo no Brasil, inclusive pelo presidente Lula, não é bom. Não ajuda emparedar o Banco Central, porque pode, a rigor, dar uma grande preocupação no que diz respeito à credibilidade do Banco Central, que não ajuda a baixar os juros. Eu creio que isso é um tiro no próprio pé.

O que o senhor acha da proposta de **reforma tributária** que está sendo construída no Congresso?

Tenho enorme esperança de que, finalmente, essa **reforma tributária** seja feita. A estrutura tributária nossa é uma fonte importante de distorções, de ineficiências.

Ela afeta negativamente a produtividade. Ela é realmente um dos piores componentes do ambiente de negócios no Brasil.

E se o governo não conseguir aprovar uma **reforma tributária** que elimine a duplicidade, a cumulatividade e as distorções, será uma baita vitória, será um baita resultado para este governo, principalmente, se ele conseguir evitar a deterioração muito elevada do quadro fiscal.

"Definitivamente, o que se pode dizer é que o crescimento global está desacelerando e é provável uma desaceleração mais forte no segundo semestre, pois os efeitos da defasagem da política monetária vão ser sentidos, na segunda metade do ano, e, principalmente, no começo do ano que vem"

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/12/all.pdf>

Hora de olhar para a indústria

FERNANDA STRICKLAND

A **reforma tributária** e seus efeitos na indústria estarão em discussão no Correio Debate, na semana que vem. Em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi), o evento será realizado em 20 de junho. Para fomentar a discussão acerca dos **tributos** aplicados no Brasil e a indústria como motor do crescimento, o Correio Braziliense contará com especialistas e autoridades públicas para abordar a temática de forma detalhada.

Aspectos como emprego, renda e a nova economia do país serão apresentados no evento.

O evento contará com a mediação dos jornalistas Vicente Nunes e Denise Rothenburg e será composto por três painéis.

A programação do Correio Debate conta com uma abertura, sobre a indústria como motor do crescimento.

O primeiro painel vai debater "Como a **reforma tributária** pode contribuir para a reindustrialização do Brasil". Já o segundo painel vai abordar o "emprego, renda e tributação na indústria".

O terceiro painel vai detalhar como são os desafios e oportunidades no mercado de trabalho, dentro da tributação.

O encerramento será focado no Congresso e a importância da **reforma tributária**. Entre os palestrantes estarão o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), chefe do Grupo de Trabalho sobre **Reforma Tributária** da Câmara; Bernard Appy, secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda; Andrea Macera, secretária de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; José Luiz Oreiro, economista e professor da Universidade de Brasília; e Sérgio Nobre, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Crescimento econômico

Para Wagner Pinheiro, superintendente executivo do Conselho do Sesi, "a **reforma tributária** em discussão no Congresso é de fundamental importância para o país". Pinheiro lembrou que, de acordo o Ministério da Fazenda, "ela poderá alavancar o crescimento econômico e aumentar em até 20% o Produto Interno

Bruto (**PIB**) potencial ao longo dos próximos 10 anos, e deverá trazer maior justiça social, cobrando menos da classe trabalhadora e dos mais pobres", afirmou.

"O Conselho do Sesi considera a parceria com o Correio da maior relevância, pois levará pessoas do mundo econômico e político para debater temas de fundamental importância para a população brasileira", explicou sobre a expectativa para o evento.

O evento poderá ser acompanhado pelas redes sociais do Correio Braziliense.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/12/all.pdf>

"Arranjo do arcabouço é pior do que o do teto de gastos"

LUIZ GUILHERME GERBELLI

ENTREVISTA: Alexandre Schwartzman, Mestre em Economia pela USP e doutor pela Universidade da Califórnia; foi diretor de Relações Internacionais do BC

Ex-diretor do Banco Central (BC), Alexandre Schwartzman está pessimista com o futuro da economia brasileira. Ele não vê o arcabouço fiscal como algo capaz de resolver o problema das contas públicas do País e enxerga retrocesso na condução da política econômica com a tentativa, por exemplo, de mudar o marco do saneamento e os ataques do governo ao BC. "Isso não vai terminar bem. É uma reprise do segundo governo Lula e do governo Dilma com condições internacionais piores do que as enfrentadas naquele período." Em relação aos anúncios do governo para o setor industrial, Schwartzman também vê problemas. Ele afirma que todas as medidas pensadas foram usadas no passado, como subsídio e proteção, mas que fracassaram. "Lembra muito o Mantega (Guido Mantega, ministro da Fazenda nos governos Lula e Dilma). Quem gritava mais levava." A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como o sr. analisa os primeiros sinais deste começo de governo?

De maneira geral, são ruins.

Não diria que é inesperado. Eu acho que a gente tem algumas dimensões importantes, começando pela mais óbvia, que é a questão fiscal. Apesar de o mercado ter reagido positivamente à aprovação do arcabouço, eu acho ruim. O arranjo que ele produz é pior do que o que tínhamos com o teto de gastos.

Eu entendo que o mercado sempre compara a alternativa, que era não ter nada. É mais ou menos como envelhecer. Envelhecer é ruim, mas a alternativa é muito pior. Eu acho que acabam encarando dessa forma.

O sr. não está otimista com o arcabouço, então?

Não consigo ficar otimista. Primeiro, porque dificilmente ele (arcabouço) entrega a trajetória de gasto público previsto, intervalo entre 0,6% e 2,5%, porque a gente não está mexendo na estrutura de

gasto obrigatório.

Na verdade, ela piorou.

E sobre a proposta do governo para o setor industrial, qual é a avaliação do sr.?

Há disposição de reindustrializar o País, mas usando medidas do passado. E não tem motivo para imaginar que dessa vez vai ser diferente. Então, a gente está vendo o BNDES mostrando as garras. Já tem ali todo mundo babando em cima de o que poderiam ser os prováveis novos subsídios. Não tem nenhuma medida que a gente tenha tentado no passado e que não tenha fracassado, de subsídio, proteção e, agora, a história dos automóveis. Lembra muito o Mantega. Quem gritava mais levava.

Como assim?

É tudo meio atirando. O presidente falou que o carro precisa ficar mais barato. Bacana, vamos reduzir o preço do automóvel.

Você vê que a coisa é toda mal pensada. E fora o ataque ao marco do saneamento, à privatização da Eletrobras, a recusa em se engajar em comércio internacional e os ataques ao BC. Isso não vai terminar bem. É uma reprise do segundo governo Lula e do governo Dilma com condições internacionais piores do que as enfrentadas naquele período.

Vai haver uma piora de percepção de risco com a economia brasileira, então?

Vai haver uma piora, com juro longo mais alto, dólar mais caro.

De maneira geral, é o caminho que a gente deve seguir.

O relatório do grupo de trabalho da **reforma tributária** foi apresentado. Qual é a avaliação do sr.?

Não é a ideal. O ideal é que fosse um IVA só, mas, nesse caso, um IVA dual é muito melhor do que o que temos hoje. A proposta traz um avanço considerável em várias dimensões, como na redistribuição de carga entre setores.

Tem uma série de coisas que eu acho positivas e que, pelo que entendi do projeto, vão seguir, mesmo que se possa fazer ressalvas para questões de tratamento diferenciado para setores. Se for aprovado, é muito bom.

Essa reforma não pode mudar o cenário?

Vamos pôr em perspectiva.

Quando esse negócio entra em vigor? Vai precisar de mais um ano para regulamentar a reforma toda. Não estou dizendo que não vão conseguir. Estou só dizendo que vai precisar de mais tempo e sabe-se também que você não vai desligar a chave dos atuais **impostos** e ligar a chave do imposto novo numa tacada só. Não vai ser um processo tão rápido. As vantagens vão aparecer num horizonte de mais de cinco anos. Ele (o projeto) é muito bom, tem de fazer, nada contra, mas não vai gerar milagre.

- "Há disposição para reindustrializar o País, mas usando medidas do passado. E não tem motivo para imaginar que dessa vez vai ser diferente.

Lembra muito o Mantega. Quem gritava mais levava"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Oportunidade não deve ser desperdiçada - HENRIQUE MEIRELLES

HENRIQUE MEIRELLES

O relatório preliminar da reforma tributária, divulgado pelo grupo de trabalho e pelo relator Aguinaldo Ribeiro, não difere do que já vinha sendo discutido.

Os principais pontos são a substituição de tributos complexos - ICMS, PIS/Cofins, IPI e ISS - por um IVA dual, arrecadado pelos governos federal e estaduais; um Fundo de Desenvolvimento Regional para acomodar a mudança da cobrança de origem para destino e garantir um período de transição para acomodar regimes tributários especiais até 2032.

Há muito a ser discutido, mas o mais importante é não perder a oportunidade de fazer a reforma. O principal objetivo da reforma deve ser reduzir radicalmente a complexidade do sistema.

Hoje convivemos com 27 legislações diferentes para o ICMS, com diferentes alíquotas para os mesmos produtos e diferentes tipos de benefícios fiscais concedidos pelos Estados.

Todas as semanas, técnicos passam horas em reuniões do Confaz para tratar de acordos sobre ICMS. Mas o pior efeito é o poder de afastar investidores e dificultar o trabalho de quem investe no País.

O Brasil já esperou demais para mudar e perdeu muito com isso. Em 2018, ao deixar o Ministério da Fazenda, deixei lá 15 projetos de aumento de produtividade baseados em estudo do Banco Mundial. Um dos principais pontos era justamente simplificar o sistema tributário.

As empresas gastam o equivalente a mais de 2 mil horas de trabalho por ano para conseguir pagar seus impostos - não para gerar recursos para pagar, apenas para cumprir a burocracia do pagamento. É um enorme prejuízo para o País.

O texto divulgado não entra em detalhes, como novas alíquotas - e nem é o momento para isso. Mas é fundamental atenção total aos detalhes daqui para frente. É temerário que o Fundo, que pelo projeto será custeado pelo governo federal, fique fora do teto de gastos estabelecido pelo arcabouço fiscal.

Isso abriria uma brecha para encaixar demandas políticas e justificar gastos capazes de comprometer o objetivo de reduzir a dívida pública.

Nas discussões surgirão exageros e reclamações de setores que terão de pagar mais impostos.

Governos municipais já reclamam que poderão perder arrecadação com a mudança do ISS, uma de suas principais fontes de arrecadação, que será incorporado ao IVA dual. É normal.

Quando fui secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, os Estados chegaram pela primeira vez em mais de 30 anos a um consenso sobre a reforma e encaminhamos um substitutivo ao projeto de reforma do Senado e da Câmara. Uma janela de oportunidade como essa não deve ser desperdiçada.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tramitação de reforma tributária dificultará emendas

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

O modelo escolhido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), para fazer a discussão da **reforma tributária** deve dificultar o acréscimo de dispositivos legais à proposta de emenda constitucional (PEC). O parecer do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) será apresentado direto no plenário da Câmara. O rito, invisual, torna mais complicado aprovar emendas.

Ribeiro apresentou um relatório sobre a proposta na terça-feira passada, após três meses de debates por um grupo de trabalho. Ainda não é o texto da PEC em si, que só será conhecido cerca de dez dias antes da votação em plenário, prometida para a primeira semana de julho. O relatório, porém, apontou as principais diretrizes, como permitir uma alíquota menor no novo imposto apenas para educação, saúde, transporte público coletivo e para a produção rural. Outros setores que demandam alíquota menor, como serviços em geral, não foram contemplados.

Para mudar isso no plenário, será mais difícil com o rito de tramitação escolhido. Geralmente, uma PEC é aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o que ocorreu com a PEC 45 em 2019, e depois por uma comissão especial formada apenas para analisar o assunto, propor emendas e votar um parecer. Nesse colegiado, é mais fácil para os deputados fazerem alterações à revelia da vontade do relator porque as emendas dependem apenas de maioria simples (metade dos votos mais um) para serem aprovadas. No plenário da Câmara, é preciso a maioria qualificada, de 3/5 dos deputados.

Uma demanda de parte dos empresários é restringir mais os itens sobre os quais incidirá o futuro Imposto Seletivo (IS). Na concepção do GT, ele taxará produtos e serviços que forem "prejudiciais à saúde e ao meio ambiente" - o que permitiria, por exemplo, que a futura lei complementar aumente a carga tributária sobre alimentos com muito açúcar. Se fosse na comissão especial, seria possível alterar a redação com o voto de 18 dos

34 integrantes (53%). Já no plenário, será preciso o apoio de 308 dos 513 deputados (60%).

Lira, contudo, decidiu fazer os debates da reforma

num grupo de trabalho e votar a PEC direto no plenário. Ele vem defendendo esse modelo desde a aprovação do "pacote anticrime" do ex-juiz Sérgio Moro, hoje senador pelo União Brasil do Paraná, dizendo que é mais célere e focado. É, também, um meio de aumentar sua influência. Na comissão, os membros são escolhidos livremente pelos partidos, que podem trocá-los a qualquer hora, e a divisão das vagas ocorre de acordo com tamanho de cada sigla. No caso do GT, os integrantes são indicados pelo presidente da Câmara e sem respeitar a proporcionalidade dos partidos. No grupo da reforma, por exemplo, o PL, com 99 deputados, e o Psol, com 14, tiveram o mesmo número de integrantes.

Essa discussão apenas no grupo de trabalho foi possível porque a reforma já chegou a ser debatida por uma comissão especial de 2019 a 2021 e estourou o prazo de 40 sessões, o que permite ao presidente da Câmara avocar o texto para o plenário. Esse colegiado foi criado pelo ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (PSDB-RJ) e extinto por Lira pouco após a apresentação do parecer do relator (Aguinaldo Ribeiro, naquele ano, tinha feito campanha contra a eleição dele para a presidência). A discussão da PEC ficou a cargo do Senado, que não conseguiu avançar.

A apresentação do texto direto no plenário dará a Ribeiro o poder de decidir pontos importantes da PEC. Obviamente, isso será feito com o conjunto dos partidos e dos líderes de cada bancada, porque o texto-base da proposta precisa de 308 votos em dois turnos para ser aprovado pelo plenário. A estratégia traçada por Lira com aliados é semelhante à utilizada para aprovar o novo marco fiscal do país: um acordo para que todos votem a favor do texto principal e, se possível, não apresentem emendas.

Fonte a par da tramitação pondera que os setores já beneficiados no relatório, como saúde, educação e produção rural, são aqueles que já contariam com 308 votos no plenário. Há pressões, contudo, de diversos setores para terem um tratamento diferenciado ou regime específico, além de demandas

mais técnicas, como as regras para uso de créditos tributários pelas empresas do Simples. Nos casos de PECs, os partidos optam geralmente por fazer emendas supressivas, porque são os parlamentares favoráveis ao texto que precisam garantir os 308 votos

para mantê-lo, o que faz com que, no plenário, seja mais fácil excluir pontos do que alterar a redação.

Ribeiro é hábil em atender as preocupações dos deputados ou, pelo menos, mostrar que fez o possível para contemplá-los. No relatório do GT, citou nominalmente os integrantes e suas sugestões, mesmo que não acolhidas.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Tramitação de reforma tributária dificultará emendas

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187572?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187572?page=1§ion=1)**

Caiado levará dados contra a Reforma Tributária a colegas do Centro Oeste - GIRO

Caio Henrique Salgado

Ronaldo Caiado (UB) participará, na terça (13), em Brasília, de reunião dos governadores do Centro-Oeste sobre a **Reforma Tributária**. Conforme apurado pela coluna, ele pretende reforçar seu discurso de que o texto discutido coloca em risco o pacto federativo ao minar a independência financeira de estados e municípios. Neste sentido, Caiado pretende apresentar estudo feito por sua equipe econômica, segundo o qual a reforma só mexe em 39% de todos os **impostos**, sendo que, entre estes, 65% são estaduais. No âmbito federal, as alterações estão basicamente restritas ao PIS/Pasepe Cofins, que podem ser extintos, assim como o ICMS, para a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A conclusão é a de que a proposta concentra ainda mais recursos na União, enquanto a simplificação de **tributos** federais, que na opinião do governador goiano deveria ser o principal problema atacado, foi deixada de lado.

Site: <https://opopular.com.br/digital/12-junho-2023/1o-caderno>

Haully quer colaborar com debate da reforma tributária

Luiz Carlos Haully (Pode-mos-PR) pretende colaborar com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a aprovação da **reforma tributária** na Câmara. Haully assumirá o oitavo mandato como deputado federal, na vaga aberta com a cassação de Del-tan Dallagnol (Pode-mos-PR), por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na sexta-feira passada.

"Sempre fui adversário do PT, mas temos muitos pontos em comum, como a questão do arcabouço fiscal, a **reforma tributária** e outras reformas estruturantes", disse, ao Estadão. "Não estou mais para fazer oposição enfática, como fiz no passado. Estou mais para construir pontes do que arrebentar pontes", afirmou ele, que tem sua trajetória profissional e política ligada à área econômica

MINISTÉRIO DO TURISMO

e à **reforma tributária**.

Ex-procurador da Lava Jato, Deltan Dallagnol era uma das vozes mais atuantes na oposição ao governo Lula. Na terça-feira passada, ele teve o mandato cassado pela Mesa Diretora da Câmara, que confirmou o julgamento do Tribunal a Superior Eleitoral (TSE) de 16 de maio. Sobre o processo do ex-procurador, Haully avaliou que o colega de partido "acabou passando por um enorme constrangimento, mas, enfim, decisão da Justiça a gente não discute".

Após a cassação, houve a discussão sobre com quem ficaria com a vaga. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná havia decidido que seria o deputado Itamar Paim (PL-PR). O Podemos recorreu ao STF, que decidiu por 6 votos a 3 deixar a vaga com Haully.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>

Fundo previsto no relatório da reforma tributária quer recursos fora do teto de gastos

Brasília

|
Camila Costa, do R7, em Brasília

Um dos pontos listados no relatório do GT da **Reforma Tributária** e que servirá de diretriz para a formulação do substitutivo levado ao plenário é o da criação do Fundo de Desenvolvimento Regional para compensar o fim da guerra fiscal. O texto apresentado pelo GT nesta terça-feira (6) recomenda que os recursos desse fundo não sejam limitados pelo teto de gastos previsto no projeto de novas regras fiscais.

A proposta do grupo de trabalho é alimentar o fundo com recursos da União para compensação de perdas na arrecadação de estados e municípios durante a transição entre sistemas de **impostos**. Ou seja, compensar o fim da guerra fiscal e ao mesmo tempo promover regiões menos desenvolvidas.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Trecho do relatório aponta para a recomendação de que esses recursos não estejam na base de cálculo da regra do teto de gastos: "Sugere-se, ainda, que a entrega dos recursos do fundo seja obrigatória e excetuada das bases de cálculo consideradas nas regras fiscais", diz o texto.

Leia também: Câmara aprova texto-base de novas regras fiscais

Gestores locais e estaduais terão acesso a esses recursos adicionais do Fundo de Desenvolvimento Regional durante a mudança do sistema de **impostos**. O objetivo é desafogar as contas públicas. O fundo também poderia ser usado para financiar projetos de desenvolvimento que são importantes para o crescimento social e econômico, segundo o relatório.

Questionado sobre o "limite" desse fundo e o tamanho da régua de aplicação desses recursos pela União, de até quanto poderia ser repassado, o relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), foi sucinto. "Teremos responsabilidade", disse, sem

detalhar como ficará essa conta.

"As discussões demonstraram ser necessária a criação de um fundo de desenvolvimento com o objetivo de reduzir desigualdades regionais e de estimular a manutenção de empreendimentos nas regiões menos desenvolvidas, que deixarão de contar com benefícios fiscais dos **tributos** extintos. Nesse contexto, a diretriz é de construção de um Fundo de Desenvolvimento Regional com financiamento e critérios de distribuição

adequados."

Trecho do relatório do GT

A criação do fundo também seria uma solução para as guerras fiscais promovidas por estados e municípios. A redução de **impostos** para atrair fábricas não se justificaria mais, porque o imposto será cobrado no destino do bem ou serviço. "O entendimento majoritário é o de que a guerra fiscal precisará ser substituída por outras políticas públicas, mais eficientes ao longo do tempo, que permitam o desenvolvimento equilibrado entre as diferentes regiões brasileiras", diz o relatório.

O entendimento do GT da reforma é que a guerra fiscal traz benefícios a curto prazo, com a atração de empreendimentos e o crescimento das economias locais, mas que a longo prazo há perda de transparência e de controle sobre os incentivos fiscais concedidos, além de exaustão da capacidade arrecadatória dos fiscos.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/fundo-previsto-no-relatorio-da-reforma-tributaria-quer-recursos-fora-do-teto-de-gastos-12062023>

Projeto da desoneração da folha retorna para a pauta de votação no Senado

Brasília

|
Bruna Lima, do R7, em Brasília

O projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores da economia que mais empregam foi incluído na pauta de votação da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da próxima terça-feira (13). A expectativa é de que o texto seja aprovado pelos senadores.

A proposta é discutida em caráter terminativo no colegiado, o que significa que, caso seja aprovada pelos membros, vai direto para análise da Câmara dos Deputados, sem passar pelo plenário do Senado.

Na Câmara, o esforço é para que a proposta seja analisada rapidamente e sem mudanças, para que o texto não precise passar por uma nova apreciação dos senadores. O autor do projeto, senador Efraim Filho (União-PB), espera que a aprovação dos deputados ocorra até setembro, antes de terminar o prazo da desoneração, que vai até o fim de 2023.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

"Queremos que seja aprovado com uma certa antecipação, diferente do que ocorreu na última prorrogação, decidida horas antes do fim do prazo. Isso prejudica a segurança jurídica e a possibilidade de planejamento das empresas em ampliar negócios e contratar pessoas que estão na fila do desemprego", destacou Efraim.

O senador alega que a cobrança das empresas é um imposto equivocado que passa a mensagem de que "quanto mais empregos eu gerar, mais **impostos** eu vou pagar". A não prorrogação da concessão, segundo ele, tem capacidade de gerar de 300 mil a 600 mil desempregos nos setores que mais empregam, como a construção civil, transportes públicos, e setor de call center.

Na última reunião da comissão, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA) encabeçou um

pedido de vista para adiar a votação, defendendo a discussão no teor da **reforma tributária**. Segundo o senador, integrantes do governo apoiam a proposta, mas seria necessário "arredondar o texto" antes da votação.

Apesar da sinalização do governo em tentar adiar a discussão, a expectativa é de que haja uma prorrogação da desoneração antes de uma inclusão do tema na **reforma tributária** e que a possibilidade de ampliar a concessão para todos os setores da economia seja discutida na segunda etapa da reforma, sobre renda.

Em 11 de maio, representantes de 17 setores da economia lançaram um manifesto em favor da continuidade da desoneração da folha de pagamento. "A política de desoneração da folha de pagamento trouxe resultados expressivos para a economia do país ao reduzir o custo laboral e proporcionar maior dinamismo às empresas", diz o texto.

Os setores que assinam o documento empregam mais de 8,9 milhões de trabalhadores e incluem áreas como tecnologia da informação, construção civil, comunicação social, transporte público, têxteis, couro, calçados e call center.

Criada com o objetivo de estimular a geração e a manutenção de empregos, além de aumentar a competitividade das empresas por meio da diminuição dos custos com funcionários, a desoneração consiste em um mecanismo que permite às empresas pagar alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre as folhas de pagamento.

Quando a medida entrou em vigor, 56 setores eram contemplados, mas o ex-presidente Michel **Temer** (MDB) sancionou, em 2018, uma lei que removeu 39 segmentos do regime. A medida valeria até 2021 e foi prorrogada pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL).

A contribuição não deixa de ser feita, apenas passa a se adequar ao nível real da atividade produtiva do empreendimento. Em outras palavras, as empresas que faturam mais contribuem mais. Com isso, é possível contratar mais empregados sem gerar aumento de **impostos**.

São beneficiados os seguintes setores: calçados, call

center, comunicação, confecção, construção civil, construção de obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação, tecnologia de comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/projeto-da-desoneracao-da-folha-retorna-para-a-pauta-de-votacao-no-senado-12062023>

Presentes com até 70% de imposto

Os presentes para o Dia dos Namorados poderão ter mais de 70% de taxas de tributo, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). O perfume importado, por exemplo, é taxado com 78,99%, e o nacional, com 69,13%.

No caso do perfume importado, o diretor do IBPT, Carlos Pinto, explicou que pesam também o imposto de importação, o frete, a dolarização, o desembaraço aduaneiro e a taxa de comércio exterior, que elevam o preço do produto internamente.

Os chocolates são tributados em 39,61% e as flores naturais, em 17,71%. Objetos pessoais, como relógios, tem taxação de 56,14% e joias, de 50,44%. Se a opção for por bijuterias, os **impostos** serão de 43,36%.

No caso de livros, que não têm taxação na saída, os **impostos** alcançam 15,52%, porque consideram fatores como produção na indústria editorial, energia elétrica, equipamentos, funcionários, frete, gasolina. Já outros produtos, como bolsas, têm taxa de tributo que pode atingir 39,95% de cobrança.

O presidente-executivo do IBPT, João Eloi Olenike, explica que a alta carga tributária dos presentes se deve ao fato de serem itens considerados supérfluos, sendo que alguns deles também passam por processo de industrialização ou são importados, o que elevada ainda mais a tributação.

"O sistema tributário brasileiro é excessivamente concentrado no consumo. Certamente, se a carga tributária fosse menor, o contribuinte poderia escolher melhor como presentear em ocasiões como o Dia dos Namorados", afirma Olenike. O cálculo considera os **tributos** sobre o consumo, folha de salários e lucro.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/12/all.pdf>

Rever subsídios (Editorial)

Diante do desafio de equilibrar o Orçamento e, ao mesmo tempo, tornar mais justas e eficientes a cobrança de **impostos** e a despesa pública, é preocupante constatar o crescimento dos gastos da União com subsídios.

No ano passado, segundo relatório divulgado pelo Ministério do Planejamento, os subsídios consumiram R\$ 581,5 bilhões, equivalentes a 5,86% do Produto Interno Bruto -e R\$ 156,25 bilhões a mais que o registrado em 2021.

Trata-se do terceiro maior nível desde 2003. Apenas no biênio 2015-16 os valores foram maiores, de 6,4% do **PIB** em média, em razão do forte impacto das linhas de juros reduzidos pelo BNDES.

O relatório considera três tipos de subsídios - tributários, creditícios e financeiros. Os primeiros se referem a reduções ou isenções de **impostos** a setores ou produtos específicos. Os outros dois são programas que disponibilizam dinheiro a juros subsidiados.

O crescimento da conta no ano passado decorre de inúmeros fatores. Apenas a desoneração eleitoreira dos combustíveis custou quase R\$ 30 bilhões à União. A alta dos juros para combater a **inflação**, além disso, aumentou o custo de captação do Tesouro e, com ele, o valor dos subsídios.

Daí ser essencial avaliar as políticas públicas que determinam essas despesas, um esforço que vem tomando forma e poderá levar a maior eficiência na alocação de recursos ao longo do tempo.

A cargo do Ministério do Planejamento, está em andamento a avaliação de ao menos oito programas que contam com recursos da União em algum dos três formatos.

Estão na lista, entre outros, as deduções de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) para gastos em ciência e tecnologia, Fundo da Marinha Mercante, Programa de Financiamento às Exportações e o Programa Universidade para Todos (Prouni).

Espera-se que a pasta divulgue o resultado do trabalho em julho para nortear um debate sobre a eficácia e destino desses programas, segundo noticiou o jornal Valor Econômico. Mais do que apenas cortar ou ampliar, é preciso avaliar se qualquer despesa pública cumpre os objetivos para os quais foi criada.

É preciso que se estabeleça uma cultura de avaliação no serviço público. Políticas mal desenhadas ou anacrônicas devem ser modificadas ou descontinuadas sem maiores controvérsias, a partir de medições objetivas e transparentes.

Programas apenas deveriam ser criados após criteriosa avaliação de impacto esperado e custo orçamentário. A garantia de visibilidade diminui o espaço para que grupos de pressão obtenham benefícios -e a longo prazo torna os serviços do Estado mais eficientes.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50305>

BC pode dar já o sinal de que os juros começarão a cair (Editorial)

O declínio convincente da **inflação**, confirmado pelo IPCA de maio, deve levar o Banco Central a sinalizar que o período de aperto monetário encaminha-se para sua reversão. Afora a reunião do Copom, outros fatores podem influir na política monetária até o fim do mês. O Conselho Monetário Nacional deve estabelecer, em 29 de junho, a meta de 2026 e confirmar a de 2025, assim como mudar o intervalo de tempo no qual a meta deve ser atingida. No mesmo dia, mas com efeitos sobre a orientação futura do BC sob a égide do governo Lula, será sabatinado pelo Senado Gabriel Galípolo, atual braço direito do ministro da Fazenda, Fernando Fladdad, indicado para a diretoria de política monetária.

A tempestade de críticas ao Banco Central feitas pelo presidente Lula e seus ministros produziu muito calor e pouca luz. A resposta sobre a eficácia ou não da política executada pelo BC é demonstrada agora pelos resultados, como o do IPCA de maio, inferior ao de todas as expectativas de mercado.

Depois de 11 meses elevando a taxa Selic até atingir 13,75%, e mais 7 meses mantendo-a nesse nível, o aumento dos juros levou o tempo de livro texto para começar a dobrar a **inflação**, de 18 a 24 meses. O IPCA de 0,23% diminuiu a taxa acumulada em doze meses a 3,94%, dentro das margens do sistema de metas. OIGP-DI, com deflação de 2,23%, acumulou queda de 5,49% em um ano, a maior da série, iniciada em 1945.

Com a dose cavalgar de juros, BC e analistas se intrigaram sobre as razões pelas quais seus efeitos consistentes não apareceram antes e com mais força. A autoridade monetária ainda relativiza, com razão, os números. Ao contrário do que ocorreu no IPCA de abril, a média dos cinco núcleos de **inflação** recuou de 7,31 % para 6,72%, segundo cálculos feitos pela MCM Consultores. Sua média trimestral, dessa sonalizada e anualizada, diminuiu de 6,4% para 5,7%. O núcleo de serviços subjacentes, que mede os mais afetados pelo ciclo corrente, recuou de 7,52% para 7,13%. Pode-se argumentar que ainda se está muito longe da meta de 3,25% ou de seu teto, de 4,75%, mas, ainda que isso seja verdadeiro, em quase dois anos de aperto nunca se esteve tão perto deles.

O IPCA deu amplos sinais de desaceleração da **inflação**. Serviços foi o setor que emergiu por último

do inferno econômico causado pela pandemia e a recomposição de seus preços mostrou-se vigorosa até recentemente, mas começa a estacionar. Não só o núcleo de serviços subjacentes caiu, como também os preços de serviços tiveram deflação em maio (-0,06%). Alimentos e bebidas, que puxaram a alta da **inflação** por bons meses, recuaram de 0,71% para 0,16%.

Com uma safra recorde a caminho, é difícil que voltem a disparar, a menos que ocorram reviravoltas climáticas abruptas. O índice de difusão, que mede a porcentagem dos produtos em alta em relação ao total dos bens coletados, saiu de 66% para 56%, inferior à média mais usual de 60% de um período em que a **inflação** é bem comportada.

As expectativas estão agora menos desancoradas do que em período recente. Há quatro semanas a previsão de **inflação** para o ano vem se reduzindo, de 6,02% para 5,69%, e o mesmo movimento se observa em relação a 2024 (de 4,16% para 4,12% no Focus de 2 de junho). Essas estimativas consideram que o BC irá reduzir a Selic para 12,5% até o fim do ano.

Há fatores influenciando em direções opostas os preços no curto prazo. Um deles é a base do IPCA, que teve deflações em julho, agosto e setembro, que não devem se repetir este ano, ao contrário. Elas foram causadas pela redução dos **impostos** sobre combustíveis e energia pelo governo Bolsonaro e sua reversão parcial ocorrerá nos próximos meses. Haddad anunciou reoneração em setembro de R\$ 0,11 de R\$ 0,35 rebaixados, para cobrir parte da conta do programa do "carro popular" anunciado pelo governo.

Por outro lado, os preços das commodities estão em queda moderada e seu impacto na **inflação** é reforçado pela valorização do real. No ano, o dólar comercial perdeu quase 10% do valor até sexta-feira (começou o ano em R\$ 5,45, encerrou o fim de semana a R\$ 4,87). O risco de calote do país voltou a ficar abaixo dos 200 pontos, o que tem colaborado para o ingresso de dólares no país, ao lado do expressivo superávit comercial de maio (US\$ 11,3 bilhões).

A pergunta corrente é sobre quando o BC iniciará a redução dos juros, não mais se fará isso ou não a curto prazo. Como a derrota da **inflação** não está consolidada para 2024, o BC poderá indicar que

iniciará o movimento de redução de taxas em breve, sempre, claro, se for autorizado pelo balanço de riscos. Um dos sinais seria, por exemplo, retirar a agora dispensável frase das últimas atas de que "não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado", que serviu, fora o relevo técnico, para mostrar a um governo que investira contra a autoridade monetária, exigindo baixa dos juros, que ela era independente.

A discussão de mudança das metas parece ter sido soterrada, embora possa reaparecer no CMN. A ideia de ampliar o prazo para consecução da meta é boa e se adequaria melhor ao instrumento, a taxa de juros que, como se mostra mais uma vez agora, seu pleno efeito só se consuma em bem mais de 12 meses.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187572?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187572?page=1§ion=1)**

Crise leva argentinos a emigrar em número recorde ao Brasil

Mayara Paixão são paulo

Às perguntas de onde conseguir mate, fernet, alfajores ou boas empanadas, comuns em grupos online de argentinos que vivem no Brasil, somam-se cada vez mais posts do tipo "dicas de bairros para alugar casa", "onde pesquisar vagas de emprego?" e "ajuda para tirar o RNE", o documento de estrangeiro.

Trata-se de um sintoma do que o técnico em eletrônica Pedro Canova, 62, chama, numa hipérbole, de "invasão de argentinos". Ou, como a camareira Cecília, 39, descreve, "uma constante". "Toda hora tem alguém perguntando como fazer os papéis para a residência." Com o arrefecimento da Covid e a intensificação da crise econômica, o número de cidadãos do país que vieram ao Brasil e pediram residência foi recorde no último ano em relação à série histórica, iniciada em 2010:6.601.

Os dados, reunidos pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) a pedido da Folha, mostram que a cifra representa um aumento de 21,7% em relação à registrada em 2019, o último ano pré-crise sanitária e, até então, detentor da maior marca, com 5.424. Já em relação a 2021, o aumento é de 82%.

Para especialistas e fontes diplomáticas, a cifra é ligada a uma demanda represada pela pandemia, mas está atrelada ao agravamento da economia local -a pedra no sapato da gestão de Alberto Fernández.

Argentinos que chegaram ao país em 2022 citam esse fator como prioritário. "A crise foi o efeito desencadeador", afirma Canova, que trabalha com eletrônica e refrigeração e está há um ano no Brasil.

Nascido no município de Concepcion del Uruguay, ele vive hoje em Balneário Camboriú -já conhecia o Brasil e também já havia estudado português. Pai de cinco, ele terá em breve a companhia de uma filha, que está terminando a graduação em instrumentação cirúrgica na Argentina e já planeja morar no Brasil Autônomo, Pedro diz que, na pandemia, ficou só uma semana em casa, porque tinha de trabalhar. Mas frente à crise que os clientes atravessavam, era difícil cobrar valores que garantissem seu sustento. "Aqui um técnico em eletrônica é valorizado. Na Argentina, não. Ganho três vezes mais no Brasil." Para o economista Gustavo Perego, diretor comercial da consultoria Abeceb, de

Buenos Aires, "o sistema político argentino não está dando resposta aos problemas". "Há um processo de inércia inflacionária que cresce cada vez mais, uma destruição da capacidade de consumo. O governo já não tem músculo para contornar a situação. E isso leva muita gente a se perguntar sobre o futuro em outro lugar." Ele chama a atenção para o preço dos alimentos. Enquanto a **inflação** no país bateu recorde em abril e chegou a 109% no acumulado dos últimos 12 meses, o índice anual projetado para o setor de alimentos é de 197%, mostrou estudo da UBA (Universidade de Buenos Aires). E a expectativa para os próximos meses tampouco é melhor. "A situação no segundo semestre, com o vácuo político das eleições, tende a piorar." Cecília, que prefere não dar o sobrenome, chegou ao Brasil em 3 de dezembro de 2021, pouco após as fronteiras serem reabertas. A irmã já vivia no país, e o principal motivo da vinda, além desse, era sentir que seu dinheiro "não valia nada". "Aqui tenho oportunidades que lá não tenho. Para comer pão, carne e legumes no mesmo dia, era porque você tinha muito dinheiro. Até tomar mate estava ficando caro." Mas a realocação de profissionais argentinos no Brasil, mesmo daqueles que são mão de obra especializada, pode demorar. O engenheiro civil Martin Colli, 36, chegou há um ano e ainda busca vaga em sua área numa empresa brasileira. Por ora, trabalha remotamente para uma firma argentina -e, recebendo o salário em pesos argentinos, ainda não conseguiu sentir uma mudança real no poder de compra.

Martin vivia na cidade de Bahia Blanca e, antes de vir para o Brasil, estudou outras possibilidades na América do Sul. "Mas, independentemente da situação política, o Brasil segue uma potência mundial", diz ele, que no entanto lamenta a demora para se inserir no mercado. "Pensava que levaria um ou dois meses." A presença de brasileiros vivendo na Argentina também é representativa. Os últimos dados do Itamaraty, referentes a 2021, mostram que havia 90,2 mil brasileiros no país vizinho -cifra subnotificada, uma vez que os imigrantes não têm de, necessariamente, fazer contato com o setor consular do Brasil.

O número se aproxima das estimativas argentinas da quantidade de brasileiros no país -95 mil- e faz dos brasileiros o oitavo principal grupo estrangeiro a residir no país, atrás de, em ordem decrescente, paraguaios, bolivianos, peruanos, venezuelanos, chilenos,

uruguaio e colombiano.

A Argentina, por sua vez, não possui dados históricos que registrem a emigração de seus nacionais, como mostrou recentemente o site de checagem Chequeado, que mergulhou no assunto após figuras como o ex-presidente e opositor Maurício Macri alegarem que hoje ocorre um "êxodo crescente de argentinos".

A migração de argentinos para o Brasil -e vice-versa- é facilitada e desburocratizada tanto pelo acordo de residência do Mercosul, bloco que os dois países integram, como por um acordo específico entre Brasília e Buenos Aires promulgado em 2009 para facilitar a concessão de residência a migrantes.

O aumento na migração despertou em especialistas que acompanham o tema a preocupação sobre possíveis abusos trabalhistas. O assunto corre por baixo dos dados, mas relatos dão conta de que há cada vez mais argentinos buscando trabalhos sazonais em plantações na época de colheita.

Em fevereiro, quatro trabalhadores do país, incluindo um adolescente de 14 anos, foram resgatados em Nova Petrópolis (RS), pela Polícia Federal. Eles trabalhavam no corte de eucaliptos e estavam em situação análoga à escravidão.

Historicamente, entretanto, os argentinos representam uma pequena parcela dos estrangeiros resgatados em trabalho análogo à escravidão no Brasil -foram 0,2% de todos os resgates do tipo de 2003 a 2022, segundo o Ministério do Trabalho. As principais nacionalidades são bolivianos (42%), haitianos (24%) e venezuelanos (12%), imigrantes que, em geral, entram no Brasil em situação de maior vulnerabilidade.

"No Brasil tenho oportunidades que na Argentina não tenho. Para comer pão, carne e legumes no mesmo dia, era porque você tinha muito dinheiro. Até tomar mate estava ficando caro" Cecília camareira

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50305>

O alívio do "Desenrola" (Editorial)

Com os detalhes da Medida Provisória que institui o programa Desenrola Brasil finalmente divulgados, o governo promete para o mês que vem pôr em prática a renegociação dos débitos de pessoas físicas. A intenção é reduzir drasticamente o endividamento que, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC), ultrapassa 78% das famílias brasileiras, sem sinais de arrefecimento.

Ainda que com atraso - anunciado em janeiro, a ideia era que estivesse rodando já no mês seguinte -, enxugar a lista da inadimplência formada por mais de 70 milhões de brasileiros acima de 18 anos, de acordo com dados da Serasa, será, sem sombra de dúvidas, um grande alívio para a população consumidora.

Mas a limpeza de CPFs "sujos" é apenas um primeiro passo, não um caminho aberto para a retomada do consumo, espremido pela inflação e pelos juros nas alturas. O Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre do ano confirmou o consumo das famílias ainda em ritmo lento, quase parando.

A desaceleração ocorre desde o segundo trimestre do ano passado, quando o consumo avançou 1,9%; no período seguinte, reduziu o ritmo para 0,8%; depois, 0,4%; e, no início deste ano, 0,2%. A melhora das projeções para os principais indicadores econômicos, de acordo com acompanhamento do Banco Central, ainda é insuficiente para garantir a virada de chave e fazer a economia girar.

Apesar de cair pela terceira vez consecutiva, a previsão de inflação para 2023 é de 5,69%, enquanto o crescimento do PIB passou para 1,68% - uma melhora, como se sabe, puxada pelo trator da agropecuária.

Some-se a isso a taxa de juros cristalizada no patamar de 13,75% desde agosto do ano passado e o rendimento médio do trabalho também no "modo pausa" e temos a explicação para a timidez do consumo.

O esforço do governo para reduzir o recorde de 43,43% da taxa de inadimplência será maior para a população de renda mais baixa, que ganha até dois salários mínimos e será amparada, na negociação de suas dívidas, por garantias oferecidas pelo Tesouro. É compreensível, já que o combalido erário público não tem lastro para assegurar o socorro a todos. Mas significa que a classe média, tão endividada quanto os ocupantes dos degraus mais abaixo na escada da

economia, dependerá mais da boa vontade dos bancos para sanear sua contabilidade.

Recente pesquisa da CNC revelou que famílias de classe média sentem com mais intensidade a pressão dos juros altos. Não fazem parte do grupo beneficiado por programas de transferência de renda, tampouco têm capacidade financeira para amortizar as dívidas, como os de classe mais alta. Com rendimentos mensais entre três e cinco salários mínimos, foi a classe média a mais endividada e inadimplente na passagem de abril para maio, mostrou o estudo.

Resta a esta imensa legião aguardar uma ampla adesão de instituições financeiras e empresas aos leilões promovidos com descontos para a renegociação das dívidas. Aliás, espera-se que as "razões burocráticas" citadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para o atraso na abertura do sistema estejam, de fato, solucionadas até o mês que vem.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Índice de miséria" rumo para o menor nível em 16 anos

Com a desaceleração da **inflação** e a resiliência do emprego, o chamado "índice de miséria" do Brasil deve atingir em junho deste ano patamar similar ao alcançado no segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente. Até o fim de 2023, no entanto, o indicador deve voltar a se deteriorar.

O índice, que combina a taxa de **inflação** com a de desemprego, estava em 12,4 pontos em abril deste ano, segundo cálculos da MB Associados. Com dados parciais para maio, a consultoria estima o índice de miséria caindo para 12,1 pontos e projeta 11,7 para junho. Em janeiro de 2007, início do governo Lula 2, o índice estava em 11,5 pontos, vindo de 23,6 em janeiro de 2003, no início do primeiro mandato do petista.

Com a recessão iniciada em 2014, no governo de Dilma Rousseff (PT), o índice de miséria voltou para 20,8 pontos em agosto de 2016. Sob Jair Bolsonaro na Presidência e em meio aos reflexos da pandemia, foi a 22,8 pontos em outubro de 2021.

O índice de miséria relativamente baixo esperado para junho é resultado de uma **inflação** de 3,6% em 12 meses com uma taxa de desemprego de 8,1%, de acordo com as estimativas da MB.

No campo inflacionário, o resultado do IPCA de maio (0,23%) contribuiu para que os números de fechamento de 2023 se tornassem "muito mais favoráveis", diz Sérgio Vale, economista-chefe da consultoria.

As reduções do índice de difusão e da **inflação** de serviços ajudam a trazer uma sensação melhor de preços ao consumidor, segundo Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos.

O índice de difusão, que mede o percentual de produtos em alta na cesta, passou de 66% em abril para 56% em maio. É o menor desde agosto de 2020 (55,2%), segundo dados da MCM Consultores.

"Olhando para trás, quando estávamos com a **inflação** na meta, girava nesse nível de difusão. A gente vinha tendo dificuldade de voltar para esse patamar", observa Cruz. "É mais do que o número em si, tem um efeito psicológico sobre as pessoas, de elas irem ao mercado e sentirem isso. Quando a difusão está mais

contida, ajuda a dar uma percepção melhor da **inflação** como um todo", afirma.

Os preços dos serviços, por sua vez, passaram de avanço de 0,52% em abril para queda de 0,06% em maio. "A **inflação** de serviços elevada também dá sensação ruim para a população, de que tudo está subindo", diz Cruz. "É importante que serviços recuem para patamares mais baixos", afirma.

Para 2023 como um todo, Vale cita o alívio em alimentos e uma taxa de câmbio que começa a se tornar mais provável em R\$ 5 por dólar. "Se considerarmos não haver novidades negativas no regime de chuvas, o que ajudará na manutenção da bandeira verde na energia, e com a Petrobras firme na decisão de evitar solavancos para cima nos preços dos combustíveis, há um cenário bastante virtuoso sendo construído para a **inflação**."

No front do emprego, o C6 Bank observa que a taxa de desocupação já se encontra em patamar inferior ao seu nível neutro- o limite para que não pressione preços. Os economistas do Banco Original também falam em um "contexto de pleno emprego".

Os dados de emprego e renda foram positivos em abril, destaca a XP. "A Pnad Contínua mostrou a terceira queda consecutiva da taxa de desemprego, de 8,3% para 8% (estimativas mensais dessazonalizadas), além de recuperação dos rendimentos reais", diz em relatório. "Na mesma linha, as estatísticas do Caged apresentaram criação líquida de aproximadamente 165 mil empregos formais no trimestre móvel até abril. O saldo de vagas permaneceu em patamares elevados, em que pese a desaceleração ante março", acrescenta.

Para o fim do ano, a XP espera uma taxa de desemprego em 8,6%, vindo de 8,3% em 2022, na série dessazonalizada. Em 2024, a desocupação subiria para 9,2%.

"O crescimento abaixo do potencial nos leva a projetar uma leve alta da taxa de desemprego até final de 2024", diz também a equipe do C6 em relatório.

Essa perspectiva de alguma aceleração tanto da taxa de desemprego quanto da **inflação** a partir do segundo semestre pode levar o índice de miséria a

subir até o fim deste ano, para 13,7 pontos, estima a MB, a partir de um desemprego de 8,4% e de um IPCA de 53% em dezembro de 2023. Em dezembro de 2022, ao fim do governo Bolsonaro, o índice estava em 14,2 pontos.

O índice "tende a ficar estável no patamar que alcançou no fim do ano passado", diz Vale. "Mas é um número similar aos dos melhores momentos dos dois mandatos do presidente Lula."

Com isso, diz, "poderá haver uma tendência de aumento da popularidade do presidente", o que está longe de significar que está tudo bem, afirma.

"Além da convulsão do dia 8 de janeiro, o governo tem perdido batalhas no Congresso e também seu capital externo", diz Vale, mencionando a visita do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, ao Brasil e "falas suaves" a favor do russo Vladimir Putin.

Soma-se a isso, segundo Vale, a intenção persistente do governo de tentar reverter políticas aprovadas no passado e a dificuldade em se avançarem pautas microeconômicas que gerem aumento de produtividade. Um Congresso mais à direita pode evitar "desastres maiores na economia", como se viu no arcabouço fiscal, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também "surge como fiador de uma agenda mínima, mesmo que não exuberante", afirma Vale.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187572?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187572?page=1§ion=1)**

Jovens e mais pobres deixam mercado de trabalho

Anais Fernandes

Grupos mais jovens, menos escolarizados e de renda mais baixa são os principais responsáveis pela queda recente da taxa de participação agregada no mercado de trabalho brasileiro. É o que apontam pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre) em estudo antecipado ao Valor.

A taxa de participação mede a população economicamente ativa - pessoas ocupadas ou procurando emprego, isto é, a força de trabalho - como proporção da população em idade de trabalhar, que no Brasil inclui aqueles com 14 anos ou mais.

Após forte queda durante a pandemia, quando foi de 63,4% em fevereiro de 2020 para 56,7% no trimestre até julho, a taxa de participação no mercado de trabalho brasileiro vinha se recuperando. Chegou a 62,7% em setembro de 2022, ainda abaixo do pico de 63,8% em 2019, mas voltou a cair depois do terceiro trimestre do ano passado, recuando para 61,3% no primeiro trimestre de 2023 - 61,4% no trimestre móvel até abril.

"Essa queda da taxa de participação pode não só atrapalhar a leitura da taxa de desemprego como termômetro da geração de empregos pela economia", escreve Luiz Guilherme Schymura, diretor do FGV Ibre, na carta mensal de junho, "como pode também reduzir os efeitos benéficos, em termos de **PIB** e de bem-estar das famílias, de melhoras no funcionamento do mercado de trabalho."

A redução da taxa de participação afeta a taxa de desemprego. Para um mesmo número de pessoas ocupadas, quando a taxa de participação cai, a taxa de desemprego também torna-se "artificialmente" mais baixa, podendo levar as pessoas a entenderem que o mercado de trabalho está mais aquecido do que de fato está.

"Quando comparamos com outros indicadores, o desemprego está baixo, mas a economia não está tão "ativa" como no passado", diz Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador do FGV Ibre responsável pelo estudo com Fernando Veloso, Janaína Feijó e Paulo Peruchetti.

A taxa de desemprego efetiva medida pelo IBGE

estava em 8,8% no primeiro trimestre deste ano. Considerando uma taxa de participação na média de 2018 a 2019, de 63,4%, seriam 3,4 milhões de trabalhadores a mais na força de trabalho. Se todo esse contingente decidisse procurar emprego e não encontrasse, o desemprego seria, na verdade, de 11,4%, estimam os pesquisadores. "É um cenário extremo, mas a indicação é de que, provavelmente, o desemprego deveria ser maior", diz Veloso.

A queda da taxa de participação também está relacionado à redução da população economicamente ativa. "A força de trabalho se recuperou e atingiu o nível pré-crise [pandemia], mas a gente não recuperou a tendência pré-crise", diz Barbosa Filho, em referência à queda desde o fim do ano passado.

"Quando falamos que a taxa de participação caiu, não é que a população economicamente ativa (PEA) cresceu menos que a população em idade de trabalhar, é que a própria PEA está caindo, o que é ainda mais forte. Exceto na pandemia, isso nunca aconteceu na série iniciada em 2012", observa Veloso, explicando que quedas na força de trabalho, geralmente, ocorrem por questões demográficas.

Em uma segunda hipótese, se a força de trabalho estivesse, no primeiro trimestre de 2023, no ponto sugerido pela sua tendência de crescimento, a taxa de desemprego poderia ter atingido 12,1% em março de 2023, se todos os 4,3 milhões de trabalhadores a mais procurassem emprego e não encontrassem, estima o FGV Ibre.

"A taxa de desemprego tem sido pouco para explicar o mercado de trabalho. Se você olhar só para ela, não vai entender", diz Schymura.

Outra forma de analisar o mercado de trabalho é observar a relação entre a população ocupada e a população em idade de trabalhar, o que o IBGE chama de nível de ocupação. Com a taxa de participação em queda, essa ótica ganha relevância, segundo Barbosa Filho.

O nível de ocupação atingiu 57,2% no terceiro trimestre de 2022, ainda abaixo do pico de 58,5% em 2013, mas se recuperava do vale de 48,5% entre junho a agosto de 2020, até que também começou a apresentar queda.

"Isso mostra que, apesar de a taxa de desemprego estar baixa, o mercado de trabalho está menos aquecido do que a gente poderia imaginar", afirma Barbosa Filho.

O nível de ocupação pode ser separado em dois componentes: a taxa de emprego (população ocupada em relação à força de trabalho) e a taxa de participação. Elevações da taxa de emprego podem não significar maior proporção de pessoas ocupadas, caso a participação caia, exatamente o observado no Brasil nos últimos anos.

Entre o quarto trimestre de 2019 e o primeiro de 2023, houve um recuo de 0,4 ponto percentual no nível de ocupação, de 56,5% para 56,1%. Na verdade, a taxa de emprego, ponderada pelo seu peso, teria contribuído para elevar o nível de ocupação em 1,4 ponto percentual no período, mas a taxa de participação deu uma contribuição negativa de 1,8 ponto percentual, resultando na queda de 0,4 ponto percentual do nível de ocupação, explicam os pesquisadores.

Segundo eles, os grupos que mais contribuíram para a queda da taxa de participação nos últimos anos foram os de baixa escolaridade e de menores faixas de renda.

Barbosa Filho nota que havia um movimento mais de longo prazo de queda da participação desses grupos. Mas a queda extrema foi, fundamentalmente, ligada aos efeitos da pandemia no mercado de trabalho, destaca Veloso. Mais recentemente, a saída mais intensa desses grupos do mercado de trabalho, sobretudo a partir do fim de 2022, pode estar ligada ao grande aumento do valor real do Bolsa Família, apontam.

Da queda na taxa de participação entre o quarto trimestre de 2019 e o primeiro de 2023, que foi de 2 pontos percentuais, a contribuição dos grupos "sem instrução e com fundamental incompleto" e "fundamental completo e médio incompleto" foram negativas em 2,4 pontos percentuais e 1,03 ponto, pela ordem. Já os grupos de "médio completo e superior incompleto" e "superior completo" deram contribuições positivas de 0,22 e 1,22 ponto percentual, respectivamente.

Os cálculos levam em consideração o comportamento da taxa de participação dentro de cada grupo educacional-todos registraram queda no período - e o peso de cada grupo na economia.

Na decomposição por renda no período, as três faixas inferiores (até R\$ 1.300) deram uma contribuição

negativa para a taxa de participação agregada, enquanto as quatro faixas superiores deram contribuição positiva.

Olhar apenas o comportamento da taxa de participação de cada grupo é insuficiente, reforça Veloso, e isso fica claro na abertura por faixa etária.

A taxa de participação de quem tem mais de 60 anos, ao redor de 20%, caiu 0,28% entre o quarto trimestre de 2019 e o primeiro de 2023. "A queda nesse grupo específico é muito grande, de quase 10%", observa Barbosa Filho. "Mas isso é em relação a ele mesmo. Se a gente quiser explicar o todo, temos de levar em consideração que o peso desse grupo é baixíssimo, ou seja, eles afetam relativamente pouco o agregado", acrescenta Veloso.

A participação está em queda para todos os grupos etários, mas, ao combinar os pesos relativos, os pesquisadores observam que a faixa de 60 anos ou mais dá uma contribuição líquida positiva de 0,23 ponto percentual para a taxa de participação total da economia, enquanto o grupo de 18 a 24 anos oferece uma contribuição negativa de 1,07 ponto, e o de 30 a 39 anos, de 0,86 ponto.

Se a taxa de participação menor no mercado de trabalho se mostrar um fenômeno mais permanente, isso pode ter implicações para o **PIB** potencial do país, alerta Veloso. Devolver essa taxa de participação a padrões anteriores, diz Barbosa Filho, pode exigir passar por investimentos em qualificação e requalificação da mão de obra.

"Mercado está menos aquecido do que a gente poderia imaginar" Fernando de Holanda

"Taxa de desemprego tem sido pouco para explicar o mercado" Luiz Schymura

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187572?page=1§ion=1>